



## AGRICULTURA

## Plenário muda MP que renegocia dívidas

PÁGINA 12

Texto negociado, que amplia benefícios a agricultores nordestinos, volta à Câmara

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XII – Nº 2.392/84 – Brasília, 12 a 18 de junho de 2006

EDIÇÃO SEMANAL

## Na CPI dos Bingos, oposição quer mais e governo, menos

Senadores têm **até quarta-feira** para apresentar votos em separado. Alvaro Dias, pela oposição, e Magno Malta, com o governo, reúnem sugestões de colegas para **modificar ou substituir** texto do relator Garibaldi Alves. Votação está marcada para o **dia 20**, com ou sem consenso.

PÁGINAS 6 E 7

### Senado quer acesso livre para deficientes

Para aumentar a participação na inclusão da pessoa com deficiência, comissão quer sensibilizar e conscientizar servidores do Senado.

PÁGINA 19

Semana teve debates e eventos sobre acessibilidade



### cidadania

#### Dependência de drogas passa por problemas no lar

Em geral, pessoas se drogam para esquecer sofrimentos e preencher sensação de vazio. Melhor prevenção é a presença da família durante crescimento das crianças.

PÁGINA 24

#### Um ano depois, bons frutos da nova Lei de Falências

PÁGINA 5

#### Parlamentares condenam ataque à Câmara

PÁGINAS 10 E 11

#### TSE endurece, mas recua e mantém regras para alianças

PÁGINA 3

### e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

Página 21

FRASES

Página 21

VOZ DO LEITOR

Página 21

ACONTECEU NO SENADO

Página 23

gendagendaendagenagendaendagendaendagen

# Reação à violência contra os idosos

Em virtude da passagem, no dia 15 de junho, do Dia Mundial de Conscientização da Violência à Pessoa Idosa, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza, às 10h desta segunda-feira, audiência pública para debater medidas que possam garantir à terceira idade qualidade de vida e dignidade de sobrevivência. O requerimento foi apresentado pelo senador Paulo Paim (PT-RS), autor do Estatuto do Idoso.

De acordo com o Grupo de Es-

tudo da Violência contra o Idoso (Gevi) – instituição brasileira ligada ao The International Network for the Prevention of Elder Abuse (Inpea) –, os maus-tratos à pessoa idosa são um fenômeno universal e representam um grave problema de saúde pública. A maioria dos casos ocorre em contexto familiar e contra mulheres. A criação do Dia Mundial do Idoso é uma idéia conjunta do Inpea e da Organização das Nações Unidas (ONU), visando criar uma consciência mundial

com relação ao problema.

Além de parlamentares, debaterão a questão na audiência pública o presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, Perly Cipriano, o presidente da Associação dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência, Paulo Roberto Barbosa Ramos, a representante do Instituto Internacional de Prevenção à Violência-Rio Inpea, Laura Mello Machado, e outros especialistas.

## Rapidez para o “pacote antiviolência”

As matérias aprovadas em caráter terminativo pelas comissões do Senado não precisarão aguardar o debrancamento da pauta do Plenário para que possam ser encaminhadas para deliberação da Câmara dos Deputados. A decisão, tomada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, em resposta a questão de ordem apresentada pelo senador Demostenes Torres (PFL-GO), pode

agilizar a tramitação do “pacote antiviolência” aprovado em maio depois dos ataques cometidos em São Paulo pelo Primeiro Comando da Capital (PCC).

O projeto aprovado em decisão terminativa por comissão não precisa ser votado em Plenário, a não ser que haja recurso nesse sentido. Tal recurso deve ser oferecido por pelo menos nove senadores, num prazo de cinco

sessões. O entendimento até agora era que esse prazo não começa a ser contado enquanto a pauta do Plenário estiver trancada, como vinha acontecendo em razão das medidas provisórias.

Demostenes argumentou que esse procedimento – de aguardar a liberação da pauta – não é obrigatório, já que não estaria amparado em nenhuma lei, mas apenas na tradição do Senado.

## Marinha homenageia cinco senadores

A Marinha do Brasil comemorou sexta-feira a vitória na Batalha Naval do Riachuelo. Na cerimônia foram condecorados com a medalha da Ordem do Mérito Naval 84 personalidades e cinco instituições que prestaram relevantes serviços à Armada. Entre os condecorados estão os senadores José Jorge (PFL-PE), Alvaro Dias

(PSDB-PR), Aelton Freitas (PL-MG), Sibá Machado (PT-AC) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS), agraciados com a medalha de Grande Oficial.

A cerimônia, realizada no Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília, contou com a presença do vice-presidente da República, José Alencar, do ministro da Defesa, Waldir

Pires, e dos comandantes das três Forças Armadas.

Um dos mais importantes episódios da Guerra do Paraguai, a batalha ocorreu no dia 11 de junho de 1865, no rio Paraná, às margens do córrego Riachuelo. A data é considerada pela Marinha como “de grande gala”, em virtude dos fatos históricos e patrióticos ali ocorridos.

## Presidência



JANE ARAÚJO

O presidente do Senado, Renan Calheiros, discutiu na manhã de terça-feira o fortalecimento do Mercosul com o presidente da Câmara dos Deputados do Paraguai, deputado Victor Bogado, e com o presidente da Câmara dos Deputados do Brasil, Aldo Rebelo. Acompanhado de parlamentares do seu país, Bogado visitou o Congresso brasileiro numa missão de estreitamento

das relações de amizade entre os dois parlamentos.

Ao final do encontro, Renan informou que o Senado deverá ratificar urgentemente o protocolo de criação do Parlamento do Mercosul, para que a instituição comece a funcionar até o fim do ano. Desde o início de sua gestão à frente do Senado, Renan Calheiros tem definido como prioridade a instalação desse parlamento.

## Curtas

### Félix quer pressa para Lei Antidrogas

O general Jorge Armando Félix, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e presidente do Conselho Nacional Antidrogas (Conad), solicitou na última quinta-feira

ao presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, que seja incluída na pauta de votações o projeto de lei (PLS 115/02) que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas.

### INCENTIVO AO ESPORTE

– Após encontro com o presidente do Senado, Renan Calheiros, e líderes partidários, o presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Carlos Arthur Nuzman, manifestou a sua convicção de que o projeto de lei que concede incentivo fiscal a quem investir no esporte poderá ser aprovado em regime de urgência urgentíssima no Congresso.

### FESTA DO PEÃO BOIADEIRO

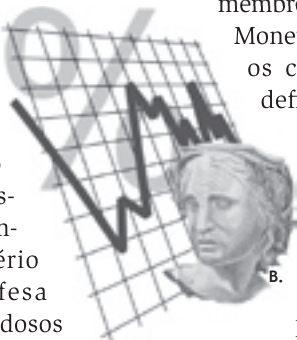
– O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu na quinta-feira convite para prestigiar a Festa do Peão Boiadeiro de Barretos (SP). O convite foi entregue por Marcos José Abud Wohnrath, presidente do clube Os Independentes, responsável pela realização do evento. A 51ª edição da festa será realizada entre os dias 17 e 27 de agosto.

## Comissões

### SEGUNDA-FEIRA

#### 10h – DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

**Idoso** – Audiência pública aborda questões relativas ao Dia Mundial de Combate à Violência Contra o Idoso, comemorado em 15 de junho. Participam o presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, Perly Cipriano; o presidente da Associação dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência, Paulo Roberto Barbosa Ramos; a representante na América Latina da organização International Network for the Prevention of Elder Abuse, Laura Mello Machado; o representante da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Einstein Camargos; a pesquisadora da Fiocruz Cecília Minayo; e a coordenadora do Programa de Prevenção à Violência, do Ministério da Saúde, Marta Maria



Alves da Silva.

### TERÇA-FEIRA

#### 9h30 – ASSUNTOS ECONÔMICOS

**Taxa Selic** – Audiência pública com a presença do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, diretores da instituição e membros do Comitê de Política Monetária (Copom) discutirá os critérios utilizados na definição da taxa Selic e as divergências entre as respostas apresentadas pelo Banco Central acerca das leis que beneficiam os aposentados e os pensionistas do Banespa.

**Restituição do IR** – Após a audiência, os senadores examinam o substitutivo aos projetos de lei que fixam prazo para a restituição do Imposto de Renda Pessoa Física, que está entre os 23 itens da pauta.

### 10h – MEIO AMBIENTE

**Água** – A comissão poderá votar o projeto de lei que prevê a

utilização, sempre que possível, de mensagens de advertência sobre os riscos da escassez da água doce em equipamentos, embalagens e propagandas de produtos de limpeza.

### QUARTA-FEIRA

#### 10h30 – DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

**Passagens** – Entre os 22 itens da pauta, substitutivo que prevê desconto de 50% nas tarifas de passagens aéreas para maiores de 60 anos. Se aprovado, o texto ainda será votado em turno suplementar na comissão. Pode também ser votado substitutivo a projeto que veda a divulgação de nomes de crianças e adolescentes que constem de atos judiciais, policiais e administrativos, relacionados a crimes, contravenções ou atos infracionais.

### 15h – SANEAMENTO

**Reunião** – A comissão especial mista que destinada sistematizar os projetos que tratam de saneamento básico realiza sua segunda reunião.

## Plenário

### SEGUNDA-FEIRA

R\$ 250,5 milhões.

#### 14h - Sessão não-deliberativa

### QUARTA-FEIRA

#### 14h - Sessão deliberativa

### TERÇA-FEIRA

#### 10h - Sessão deliberativa

**Dedução de IR** – Primeiro item da ordem do dia, o Projeto de Lei de Conversão 14/06 (referente à MP 284/06) obstrui as votações. A medida permite ao empregador doméstico deduzir do Imposto de Renda Pessoa Física o valor da contribuição previdenciária paga sobre um salário mínimo mensal e sobre o 13º salário.



**Agenda em aberto** – Como a pauta está trancada, a definição da agenda depende do resultado da sessão anterior. Se não forem votadas na terça-feira, as MPs continuam na pauta das sessões seguintes. Caso sejam votadas, os senadores podem discutir a proposta de emenda constitucional que obriga o presidente da República a participar das sessões de abertura de cada ano legislativo (PEC 64/99).

### QUINTA-FEIRA

#### Feriado de Corpus Christi

### SEXTA-FEIRA

#### 9h - Sessão não-deliberativa

**ELEIÇÕES** Interpretações do TSE sobre as regras eleitorais, a três meses das eleições, mobilizam partidos e políticos

Em resposta a consulta do PL, Tribunal Superior Eleitoral restringiu coligações nos estados; no dia seguinte, porém, decisão foi reformada e as alianças, liberadas

**Idas e vindas das coligações****Como foi em 2002 e o que vale para 2006**

A verticalização determinou que as coligações nacionais deveriam ser repetidas nos estados. A interpretação vigente permite que partidos que não apoiem um candidato a Presidência se coliguem livremente nos estados.

**Como seria em 2006, caso o TSE mantivesse a decisão da terça-feira**

Mesmo sem candidato na eleição para presidente, o partido, nas eleições estaduais, não poderia apoiar candidato de partido que tivesse candidato presidencial. Ou seja, na prática, partido sem candidato à Presidência só poderia se coligar no estado com partido sem candidato a presidente, no que se batizou de "radicalização da verticalização".

**Como fica a partir de 2007, quando passa a valer a Emenda Constitucional 52, que acaba com a verticalização**

Os diretórios nacional e regionais do partido terão liberdade total para estabelecer alianças com os partidos que quiserem, mesmo que estejam em posições antagônicas na disputa para outro cargo, como vigeu até 2002.

**Para especialistas, mudanças nas regras podem acelerar a reforma política**

As interpretações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre a legislação que rege as eleições têm causado grande dor de cabeça a partidos e políticos. Mostra disso foram as idas e vindas acerca da verticalização das coligações partidárias, que alteraram as expectativas dos partidos às vésperas das eleições. Com essa avaliação, cientistas políticos consultados pelo **Jornal do Senado** acreditam que, como reação, o Congresso deve se debruçar com maior ênfase na reforma política, que sempre enfrentou resistências.

– Dessa vez, a falta de definição de regras provocou a raiva

**Políticos pediram verticalização branda**

O principal motivo que levou o TSE a voltar atrás na decisão de radicalizar a verticalização foi a pressão dos políticos. A reação levou até mesmo ao adiamento das convenções de PFL, PSDB e PMDB, marcadas para esta semana. Os senadores do PMDB Ney Suassuna (PB), Luiz Otávio (PA) e Amir Lando (RO) manifestaram apreensão frente à decisão tomada na terça-feira por seis dos sete ministros do TSE. Depois da revisão da decisão pelo próprio tribunal, por 7 votos a zero, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) elogiou os ministros por "entenderem a realidade

generalizada dos políticos. Parece que 2007 deve ser, finalmente, o ano da reforma política – afirma o pesquisador da Universidade de Brasília David Fleischer, que compartilha a opinião com seu colega Paulo Kramer.

Segundo observaram, não haveria tempo para viabilizar arranjos políticos caso o TSE mantivesse a decisão do início da semana passada.

Para Fleischer, ainda que as regras mudem, há uma força poderosa na política brasileira, com ou sem verticalização.

– Acredito na criatividade dos caciques locais, de fazer arranjos informais, como em 2002.

nacional com espírito cívico". Porém, o senador Pedro Simon (RS), pré-candidato do PMDB à Presidência da República, mesmo admitindo que uma maior rigidez na verticalização criava "embaraços", entende que essa seria a melhor maneira para consolidar os partidos. Assim como Tebet, Simon defendeu normas eleitorais estáveis e lamentou o fato de a reforma política, aprovada pelo Senado, estar parada na Câmara. O senador José Jorge (PFL-PE), candidato a vice-presidente, considera que a revisão da decisão pelo TSE foi a mais acertada.

**Verticalização agita política desde 2002**

A discussão em torno da chamada verticalização voltou a movimentar, na última semana, os meios políticos e jurídicos do país. Decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com interpretação mais rigorosa da lei em vigor, causou apreensão entre os partidos, que se viram totalmente proibidos de fazer, nos estados, coligações divergentes das feitas para a disputa da Presidência da República. Não foi confirmada, porém, a "radicalização" da interpretação do TSE, que impedia partidos sem candidato a presidente de se aliar, em eleições estaduais, a legendas que disputam o Planalto. Na quinta-feira, um dia após a controvertida resposta a consulta do PL, o presidente do TSE, ministro Marco Aurélio, anunciou o retorno ao entendimento anterior, mais flexível. "Um equívoco", reconheceu.

A verticalização vigorou pela primeira vez nas eleições de 2002, quando o TSE entendeu que, apesar de terem autonomia, os partidos possuem, segundo a

Constituição, caráter nacional. Assim, foi considerado inconstitucional o artigo da Lei Eleitoral (9.504/97) que assegurava aos diretórios estaduais e municipais liberdade para estabelecerem as coligações que desejassem. A partir de então, ficou determinado que a decisão do diretório nacional do partido de se coligar a outro interfere também no âmbito estadual. Ou seja, a decisão é vertical, de cima para baixo. Daí o termo "verticalização".

O Congresso se mobilizou para restituir aos partidos o direito de estabelecer as coligações que desejassem. Já em 2002, o Senado aprovou a Emenda Constitucional 52 para acabar com a regra. A PEC foi aprovada em fevereiro.

Em 8 de março – a menos de um ano das eleições –, antes da promulgação da emenda, que liberou a pluralidade de alianças, o TSE manteve a posição anterior. Promulgada a emenda, persistia a dúvida. O STF, então, deu a palavra final e manteve a verticalização para as eleições de 2006. Em 2207 a Emenda Constitucional 52 restaura a autonomia dos partidos para fazer coligações.

**Passo a passo das decisões sobre a verticalização****Fevereiro de 2002**

O TSE interpreta que os partidos têm caráter nacional e têm que repetir nos estados as coligações feitas nas eleições para presidente da República.

**Fevereiro de 2006**

Câmara aprova a proposta de emenda à Constituição que restaura a liberdade de coligações para os partidos políticos.

**8 de março de 2006**

Congresso promulga a Emenda Constitucional 52 esperando que a norma valesse para as eleições de outubro.

**6 de junho de 2006**

Em resposta a consulta do PL, TSE restringe ainda mais as coligações nos estados. Presidente do tribunal, ministro Marco Aurélio diz que decisão apenas evita "concupinato".

**8 de março de 2007**

A Emenda Constitucional 52/06 completa um ano, prazo necessário para que novas regras entrem em vigor. Partidos terão liberdade para fazer coligação.

**Junho de 2002**

Senado aprova proposta de emenda à Constituição que acaba com a verticalização nas eleições e a matéria segue para o exame da Câmara.

**6 de março de 2006**

Frustrando expectativas, TSE mantém interpretação de 2002, que impede liberdade de coligações estaduais.

**22 de março de 2006**

Por 9 votos a 2, Supremo decide que princípio da anualidade vale para EC 52, mantendo decisão do TSE do início do mês.

**8 de junho de 2006**

TSE volta atrás e continuam a valer as mesmas regras que vigoraram nas eleições de 2002.



## ORÇAMENTO

# LDO propõe corte de gastos federais

O governo federal, inclusive as estatais, terá de fazer em 2007 um corte de 10% em todos os seus gastos com publicidade, diárias e passagens aéreas. A determinação consta do substitutivo que o senador Romero Jucá (PMDB-RR) apresentou ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o próximo ano, que começou a ser discutido na quarta-feira pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). Só a administração direta pretende gastar R\$ 377 milhões em publicidade neste ano. O projeto da LDO deve ser votado na comissão nos dias 20 e 21.

Refletindo os protestos feitos no Congresso, Romero Jucá não concordou com o artigo colocado pelo governo na LDO que daria total liberdade à equipe econômica para executar integralmente o Orçamento de 2007, sem mudanças, caso o projeto orçamentário não fosse votado pelo Congresso Nacional até o dia 31 de dezembro deste ano.

O senador preferiu manter o sistema adotado até agora, pelo qual o governo poderá executar

duodécimos (1/12) mensais do projeto orçamentário se o Congresso não conseguir votar a proposta até o final do ano. Até este ano, ficam de fora dos duodécimos os investimentos. Jucá propõe que só os novos investimentos não possam receber duodécimos, permitindo a liberação para investimentos de projetos em andamento ou cujos contratos tenham sido assinados até o final de 2006.

O substitutivo obriga ainda toda a administração federal a colocar na internet dados sobre convênios de repasse de verbas para prefeituras, estados e entidades privadas, permitindo maior controle da sociedade sobre o uso de recursos públicos. Cumprindo uma promessa feita pelo governo logo após a Operação Sanguesuga da Polícia Federal, o substitutivo exige que toda prefeitura realize pregão eletrônico para compra de produtos ou serviços quando estiver usando dinheiro de transferências voluntárias da União.

O parecer aprimora a determinação do Ministério do Planeja-



Jucá (E) descarta intenção do governo de executar Orçamento mesmo sem aprovação do Congresso

mento de reduzir em 0,1 ponto percentual do produto interno bruto (PIB), em 2007, as despesas primárias correntes do governo federal – custeio da máquina pública, programas sociais e pessoal. Prevê que a redução

deve abranger não só as dotações autorizadas, mas também a sua execução. No entanto, o relator decidiu tirar da redução os subsídios ao setor agrícola e a compra de estoques públicos de alimentos.

O relator da LDO determina também que o governo federal terá de cortar 30% nos restos a pagar que passarem do Orçamento deste ano para 2007, comparando-se com os restos a pagar de 2005.

## PLENÁRIO

## Aprovada isenção para investidor estrangeiro em título público

Depois de muita polêmica, o Plenário do Senado aprovou projeto de lei de conversão (PLV 11/06) apresentado à medida provisória (MP 281/06) que reduz a zero a alíquota de Imposto de Renda (IR) incidente sobre os rendimentos obtidos por investidores estrangeiros nas aplicações em títulos públicos federais e instrumentos de capital de risco. A proposição também isenta da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) a venda de ações de empresas realizada fora das bolsas de valores e vai, agora, à sanção presidencial.

A desoneração do IR sobre esses rendimentos só deverá valer, a princípio, para novas aquisições de títulos públicos federais. Mas o investidor com aplicações antigas poderá migrar para o novo regime tributário, até 31 de agosto, se antecipar o pagamento do IR devido conforme as regras anteriores.

Em relação aos incentivos ao

capital de risco, a isenção do IR deverá alcançar as seguintes aplicações: Fundos de Investimento em Empresas Emergentes (Fiee), Fundos de Investimentos em Participações (FIP) e Fundos de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Participações (FCFIP). Esse benefício não será estendido, no entanto, aos investidores residentes com aplicações nesses fundos, que passarão a ser tributados pela alíquota de 15%.

### Governo destaca redução no custo para financiar a dívida pública

A bancada governista destacou como principais vantagens o alongamento do perfil e a redução do custo de financiamento da dívida pública. Os senadores Luiz Otávio (PMDB-PA), Romero Jucá (PMDB-RR) e Ideli Salvatti (PT-SC) apostam que a medida dará mais segurança, credibilidade e estabilidade à economia.

A oposição se dividiu no apoio ou não à medida, entendendo seus críticos que o aumento de investimentos estrangeiros poderá

ampliar a desvalorização do dólar e, assim, aprofundar os prejuízos dos setores exportadores, em especial o agronegócio. Defenderam essa posição os senadores Leonel Pavan (PSDB-SC), César Borges (PFL-BA), Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e Alvaro Dias (PSDB-PR). Já o líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), considerou os produtores rurais as maiores vítimas dessas medidas, mas confirmou a decisão de aprovar “um caso consumado pelo interesse nacional”.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), liberou os votos de sua bancada, embora tenha tentado convencê-la a votar favoravelmente. Virgílio citou a entrada de US\$ 6,45 bilhões em investimentos estrangeiros no país, acusando, em seguida, o tratamento da questão via MP de privar o Congresso de uma discussão mais responsável, técnica e profunda.

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) acredita que a medida representa uma avassaladora e voraz transferência de renda dos trabalhadores brasileiros para os investidores estrangeiros.

## MP com gratificações para servidor volta à Câmara

O projeto de conversão (PLV 283/06) proveniente da medida provisória (MP 283/06) que criou a Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso, uma remuneração extra aos servidores federais que ministrarem cursos de aperfeiçoamento ou de treinamento no âmbito da administração pública, também foi aprovada pelo Plenário do Senado.

A MP também transfere para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) os funcionários da antiga Legião Brasileira de Assistência (LBA), extinta em 1995, que hoje estão lotados no Centro de Promoção Social Abrigo Cristo Redentor (RJ), além de criar duas subsecretarias na Secretaria Geral de Relações Exteriores, do

Ministério das Relações Exteriores, e restituir ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) e ao Ministério da Cultura as funções comissionadas técnicas (FCTs) que foram retiradas até o dia 22 de fevereiro deste ano.

O texto foi aprovado com três emendas, propostas pelo relator,

Gilberto Mestrinho (PMDB-AM). Uma quarta emenda do senador amazonense, concedendo anistia a empresas que pagaram o benefício do vale-transporte a título de complementação salarial, foi rejeitada pelos senadores. Porque foi alterada no Senado com as emendas acatadas, a MP deverá ser novamente analisada pela Câmara dos Deputados.

### Texto da medida recebeu três emendas do relator Gilberto Mestrinho

## Autorizadas verbas extras para recuperar rodovias

O Plenário também aprovou, na semana passada, a medida provisória (MP 282/06) que abre crédito extraordinário de R\$ 57.554.718 em favor do Ministério dos Transportes, para a realização de obras emergenciais na malha rodoviária do país. A matéria, que contou com os votos contrários dos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Heloísa Helena (PSOL-AL) no tocante à urgência e à relevância da proposição, segue agora à promulgação.

De acordo com a exposição de motivos da MP 282/06, os recursos deverão ser aplicados em situações não previstas no levantamento inicial das obras, como trechos rodoviários em estado de conservação e trafegabilidade extremamente precário e com elevado volume de tráfego, nos quais uma simples operação tapa-buracos não possibilitaria sua recuperação. A urgência da intervenção se justificaria para evitar acidentes com danos materiais e humanos.



Arthur Virgílio (C) prevê mais investimentos, enquanto Leonel Pavan (em pé) teme queda de juros

**ECONOMIA** Há um ano em vigor, Lei de Recuperação de Empresas tem contribuído para a reabilitação de muitas firmas

# Nova lei reduz pedidos de falência



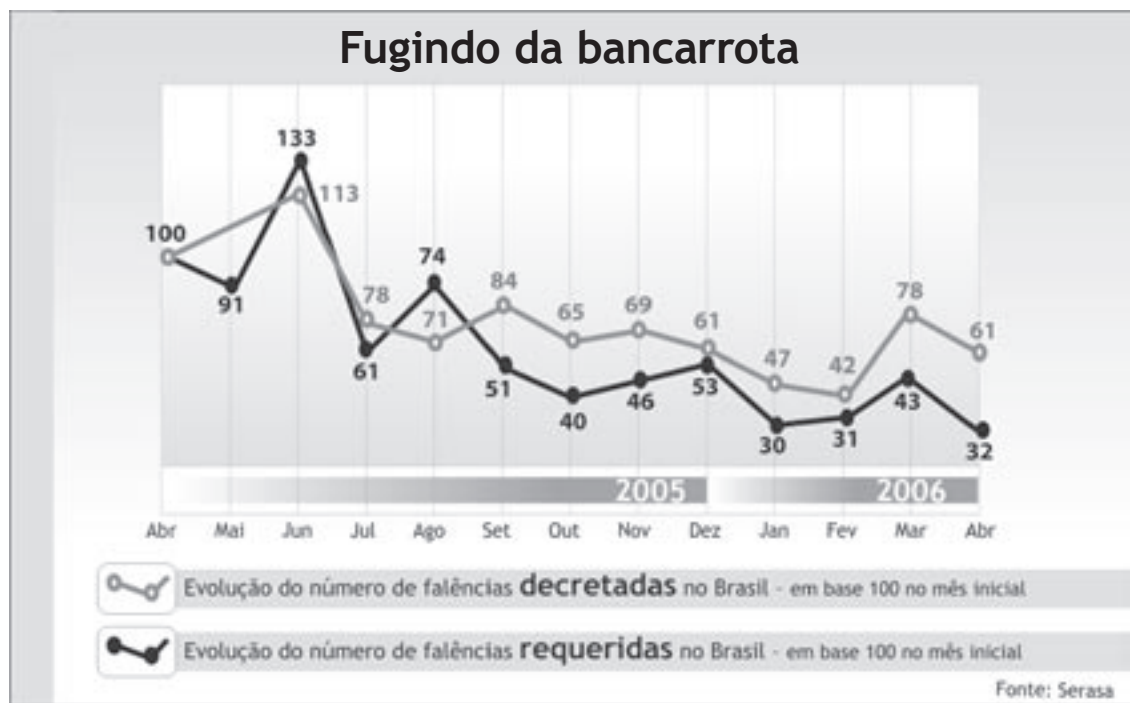
O número de pedidos de falência no país caiu 57,3% em maio, em comparação com o mesmo mês em 2005, de acordo com levantamento divulgado na semana passada pela empresa de análise de crédito Serasa. Para os técnicos do órgão, a Lei de Recuperação de Empresas, que completou um ano em vigor na sexta-feira, desestimulou o uso do pedido de falência como instrumento de cobrança e estabeleceu um limite mínimo, em reais, para que o pedido possa ser feito.

A Lei 11.101, também conhecida como Nova Lei de Falências, passou onze anos em tramitação no Congresso antes de ser aprovada e promulgada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 9 de fevereiro de 2005 – passando a vigorar em 9 de junho. Ela revogou a norma antiga, o Decreto-Lei 7.661, promulgado pelo então presidente Getúlio Vargas em 21 de junho de 1945.

A Varig foi a primeira empresa a se valer da Nova Lei de Falências para sair do sufoco. Mas o juiz Luiz Roberto Ayoub, da 8ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, que cuida do caso Varig, afirmou em recente entrevista à Agência Brasil que a experiência da companhia aérea com a nova lei poderá agilizar também processos de recuperação de outras empresas.

Segundo o juiz, empresas como a Vasp e a Parmalat já estão se beneficiando das mudanças na legislação. E não são as únicas, como demonstram os números da Serasa. No mês passado, por exemplo, foram requeridas 394 falências, contra 922 no mesmo período do ano anterior. Houve queda significativa também no total de falências decretadas, quando se compara os dois períodos: de 318 para 205.

Foram registrados, em maio último, 31 pedidos de recuperação judicial e um de recuperação extrajudicial. Esses dois instrumentos entraram em vigor com a nova lei, substituindo a concordata.



## Tebet vê relevância social e econômica

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse em entrevista ao **Jornal do Senado** que a Lei de Recuperação de Empresas foi a mais importante aprovada pelo Congresso nos últimos tempos. Ele foi relator da lei, que completa um ano em vigor.

Tebet afirmou que a antiga norma, que vigorou até junho de 2005, não servia mais ao que se propunha. Já o objetivo da legislação aprovada no ano passado, também conhecida como Nova Lei de Falências, não é falir empresas, mas recuperá-las.

– A lei tem um caráter econômico e social. É importante preservar as empresas porque elas geram riqueza e empregos.



**Nova Lei de Falências foi a mais importante aprovada pelo Congresso, afirma Tebet**

Falências criam desemprego e as famílias sofrem com isso – salientou o senador.

Tebet destacou que, além de

permitir a preservação dos empregos, a lei beneficia os trabalhadores na medida em que dá a eles precedência para receber o que a empresa empregadora lhes deve. Isso, é claro, no caso de ela não conseguir se recuperar e acabar indo à falência.

A nova lei cria ainda, segundo o senador, mecanismos para facilitar o entendimento entre a empresa em crise e seus credores, sem necessidade de intervenção da Justiça. Também procura desburocratizar a recuperação de pequenos empreendimentos, que de outra forma não teriam como se reerguer sem arcar com um oneroso processo falimentar.



## Principais pontos da Lei de Recuperação de Empresas

1. Os meios de recuperação judicial podem incluir alteração do controle societário; cisão, incorporação, fusão ou transformação da sociedade; aumento do capital social; redução salarial, compensação de horários e redução da jornada; venda parcial dos bens; usufruto da empresa.

2. O devedor não pode desistir do pedido de recuperação judicial após o deferimento de seu processo, salvo se obtiver aprovação na assembleia de credores.

3. O devedor apresentará plano de recuperação judicial ao juiz, que receberá objeções dos credores no prazo de 30 dias. Se não houver objeção, o plano é aprovado. Se houver objeção, o juiz convocará a assembleia geral de credores para se manifestar, fazendo alterações ou aprovando plano alternativo.

4. O devedor permanecerá em recuperação judicial até que se cumpram as obrigações previstas no plano.

5. A recuperação judicial pode ser pedida pelo devedor que exercer regularmente suas atividades há mais de dois anos, não seja falido, não tiver sido condenado pelos crimes previstos na lei e não tiver obtido recuperação há menos de cinco anos.

6. O devedor que preencher os requisitos necessários para pedir recuperação judicial pode também requerer recuperação extrajudicial, negociada com os credores. Esse plano não se aplica aos créditos tributários, da legislação do trabalho e de acidentes de trabalho, entre outros casos.

7. A recuperação da micro e pequena empresa abrangerá apenas o que é devido a credores quirografários (que não têm preferência para receber), que poderá ser parcelado em até 36 meses.

8. Têm precedência para pagamento os créditos trabalhistas limitados a 150 salários mínimos por credor e os decorrentes de acidentes de trabalho.

9. O processo de falência atenderá aos princípios da celeridade e da economia processual, mas a lei não estipula prazo para seu encerramento.

10. Ficam previstas penas mais severas em caso de falência fraudulenta, como prisão de três a seis anos e multa por praticar ato que prejudique credores com o fim de obter vantagem indevida.

Fonte: Celso M. de Oliveira (Boletim Jurídico)

## Mudança na legislação deu fôlego à Varig

O TGV (Trabalhadores do Grupo Varig) ofereceu R\$ 1,01 bilhão (US\$ 449 milhões) e pode comprar a Varig. A proposta foi a única apresentada oficialmente em leilão realizado no Rio de Janeiro na quinta-feira. Para que a Justiça confirme a validade do leilão, o TGV deverá comprovar que tem condições de garantir o pagamento e fazer o aporte de dinheiro necessário para que a empresa continue voando.

O juiz que cuida do caso, Luiz Roberto Ayoub, da 8ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, elogiou o TGV, mas não descartou decretar a falência da companhia caso a proposta seja invalidada, o que deve ser decidido nesta segunda-feira.

No dia seguinte ao leilão, Ayoub recebeu outra proposta pela Varig, de US\$ 800 milhões, feita pelo Fundo de Investimento Multilong. A assessoria do tribunal informou que uma das possibilidades seria essa proposta fazer uma associação com o plano já apresentado pelo TGV.

A Varig está em recuperação judicial desde junho do ano passado. Ela foi a primeira grande empresa do país a se beneficiar desse processo, que substituiu a concordata, já que a Nova Lei de Falências foi aprovada no dia 9

de junho de 2005. Esse instrumento de recuperação protegeu a empresa de ações movidas por credores, deu início a sua reestruturação e permitiu que sobrevivesse até o leilão.

– A Varig só está voando por causa da nova legislação – disse Ramez Tebet.

A lei possibilitou ainda que os credores da companhia decidissem dividi-la para facilitar sua venda. Pelo edital do leilão,

a Varig poderia ser vendida integralmente ou separada – somente as operações domésticas. Nos dois modelos de venda, ficariam excluídas as dívidas da companhia, estimadas em R\$ 7,9 bilhões, que ficariam com empresa separada.

O TGV e o Multilong fizeram propostas pela empresa integral. O valor oferecido pelo TGV, de R\$ 1,01 bilhão, é dividido em R\$ 225 milhões em créditos, R\$ 500 milhões em debêntures e participação no lucro da companhia (o que

pode demorar para entrar no bolso dos credores) e R\$ 285 milhões em dinheiro. O dinheiro, no entanto, será insuficiente para pagar os R\$ 7,9 bilhões aos credores.

Além disso, a associação de trabalhadores tem créditos a receber da empresa aérea e vai utilizar esses recebíveis para pagar pela Varig, reduzindo o montante que sobrar para os demais credores.

**Varig no chão 100 000 sem pão!**



**Funcionários do Grupo Varig fazem manifestação em frente ao Congresso**

LINDOMAR CRUZ/ABF

CPI DOS BINGOS Esquemas irregulares envolveriam 79 pessoas, entre elas Palocci, Waldomiro, Buratti e Okamoto

# Decisão sobre relatório sai dia 20



O jogo ligado ao crime organizado foi o mote inicial da investigação da CPI dos Bingos, mas no período de um ano as investigações avançaram outras frentes que acabaram em um relatório final de 1,4 mil páginas em que o relator, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), sugere ao Ministério Público o indiciamento de 79 pessoas e quatro empresas. Nesse total estão somados os que apareceram no documento parcial que tratava exclusivamente do caso GTech. O relatório será votado em 20 de junho.

Ex-membros do atual governo e de prefeituras já regidas pelo PT são destaque na lista, que aponta os casos da máfia do lixo, em Ribeirão Preto (SP), na gestão do então prefeito Antonio Palocci; do assassinato do ex-prefeito de Santo André Celso Daniel, e do ex-prefeito de Campinas Antonio da Costa Santos, o Toninho do PT; do financiamento de campanhas políticas, também citando o caso dos dólares de Cuba; e da Loteria do Estado do Rio de Janeiro (Loterj), quando presidida por Waldomiro Diniz.

Ex-ministro da Fazenda, Palocci não foi poupado e é responsabilizado no relatório pelos crimes de formação de quadrilha, falsidade ideológica, peculato, lavagem de dinheiro e improbidade adminis-

trativa.

O documento atesta que ficou comprovada fraude na varrição de Ribeirão Preto na gestão Palocci, quando, segundo o advogado Buratti – que chegou a ser secretário de governo no município –, a empresa Leão Leão pagou propina mensal para o PT e, com isso, recebia tratamento diferenciado.

– O dinheiro era encaminhado, em parte, aos responsáveis pela prefeitura municipal e depois seria repassado para o Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, por intermédio de Delúbio Soares, com autorização do prefeito [Antonio Palocci e Gilberto Maggioni, que assumiu com a saída daquele para a campanha de Lula em 2002] – aponta o relatório.

No caso Celso Daniel, a convicção do relator é a de que o prefeito de Santo André teria sido assassinado por ter descoberto e se oposto ao “caixa três” – organizado por Sérgio Gomes da Silva, Klinger de Oliveira Souza e Ronan Maria Pinto –, que desviava dinheiro do caixa dois voltado para a campanha política.

O Ministério Público de São Paulo encontrou elo entre o que seria o esquema de corrupção na prefeitura de Santo André e João Arcanjo Ribeiro, o Comendador, chefe do crime organizado em Mato Grosso,



PATRICIA SANTOS/FOLHA IMAGEM

Bingos funcionam com liminares em todo o país; alguns até mantêm caça-níqueis ilegalmente

registra o documento.

O presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto, está na lista dos indiciáveis, acusado de promover lavagem de dinheiro e crime contra a ordem tributária. Ele aparece relacionado ao financiamento irregular de campanha e, conforme o relatório, não conseguiu provar que seria realmente seu o dinheiro que quitou dívida do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o PT.

– O problema é que tais pagamentos nunca foram devidamente comprovados, dando margem à suspeita de que o dinheiro seja oriundo do esquema de caixa dois que abastecia a tesouraria petista – ponderou o relator, que lembrou ainda que foi tentada a quebra de sigilos de Okamoto, “lamentavelmente” não autorizada pelo Supremo Tribunal Federal.

O relatório, quando aprovado, deverá ser encaminhado com seus anexos para o Ministério Público Federal, para que promova as ações penais e civis competentes. “O que não pôde ser investigado, o será pelo Ministério Público, que poderá promover os indiciamentos sugeridos”, afirmou o relator.

## Conclusões do Relatório

**Caso GTech** - Amplamente discutido no relatório parcial, o caso da renovação de contrato da multinacional GTech, responsável pelo processamento lotérico federal, com a Caixa Econômica Federal, em 2003, mereceu um adendo no relatório final, com confirmação de recebimento de dinheiro pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social em momentos cruciais para a renovação do contrato. Waldomiro Diniz, então subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil, e o advogado Rogério Buratti são apontados por participarem do esquema de extorsão e recebimento de propina. Na lista dos indiciáveis estão 35 pessoas e quatro empresas.



Waldomiro

**Caso Loterj** - Waldomiro Diniz, presidente da Loterj, foi flagrado em vídeo achacando o empresário de jogos Carlos Ramos, o Carlinhos Cachoeira. No governo federal, a partir de 2003, “ele seria o homem que traduziria os anseios do mercado na regulamentação anunciada pelo novo governo”. Rogério Buratti afirmou que um encontro do então ministro da Fazenda, Antonio Palocci com Waldomiro e empresários angolanos tratou da regulamentação dos bingos, em troca de doação de R\$ 2 milhões para a campanha de Lula.

**Caso máfia do lixo** - Já indiciado pelo Ministério Público e Polícia Civil de São Paulo, o ex-prefeito de Ribeirão Preto, Antonio Palocci, está sendo acusado de crimes de lavagem de dinheiro, falsidade ideológica, formação de quadrilha e peculato por coordenar um esquema irregular de financiamento de campanha. Seu ex-secretário de governo, Rogério Buratti, afirmou que ele recebia R\$ 50 mil mensais da empresa Leão Leão, responsável pela varrição do município.

**Caso Celso Daniel** - A convicção da CPI é de que o homicídio do ex-prefeito de Santo André, Celso Daniel, “decorreu de ligações com esquemas de arrecadação de propina de empresas prestadoras de serviços públicos (transporte, lixo e obras) para abastecimento do caixa do PT”. Com a descoberta pelo prefeito do desvio desse dinheiro para um caixa três, controlado por Sérgio Gomes da Silva, Klinger de Oliveira Souza e Ronan Pinto, teria sido tramada sua morte.

**Caso Toninho do PT** - O relatório sugere o encaminhamentos dos depoimentos à Polícia, por não ter sido possível se chegar a uma conclusão sobre a morte do ex-prefeito Toninho do PT, em Campinas.

**Tráfico de influência** - As investigações promovidas pela CPI apontaram diversos “indícios de tráfico de influência com colaboradores do ex-prefeito de Ribeirão Preto, Antonio Palocci, e empresários em negócios relativos a fundos de pensão, liberação de empréstimos para prefeituras e instituições financeiras”. Citam-se os encontros na casa alugada pela chamada “República de Ribeirão Preto”, em Brasília, envolvendo Vladimir Poleto, Rogério Buratti, Ralf Barquete e outros.



Arcanjo

**Dólares de Cuba** - A história do transporte de caixas de bebida por Vladimir Poleto, de Brasília para Campinas (SP), não convenceu. Para a revista Veja, ele teria dito que as caixas estavam cheias de dólares provenientes de Cuba e que seriam usados em campanha política. O relator pediu investigação pelo Ministério Público.

**Corrupção nas prefeituras do interior** - Expulso do PT, Paulo de Tarso Venceslau acusou Paulo Okamoto e Roberto Teixeira, compadre de Lula, de terem montado esquema de arrecadação ilegal em prefeituras de São Paulo. “As conclusões foram contundentes e o desfecho do caso leva a crer que houve uma opção política e, quiçá, pessoal, por abafar o caso”. Okamoto também não conseguiu provar que teria pago de fonte própria dívida de R\$ 29 mil do presidente Lula com o PT.

JOSÉ CRUZ



O presidente da CPI, Efraim Morais (ao fundo), ouve o relator, Garibaldi Alves, que diz ter cumprido o dever

## Relator sugere a regulamentação dos bingos

Entre as muitas propostas apresentadas pelo senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) com relação aos jogos no país, a que propõe a regulamentação das casas de bingo é a que causou mais manifestações. Apesar de pesquisa de opinião pública realizada pelo DataSenado – com margem de erro de 3% – apontar que apenas 15% da população brasileira frequentariam uma casa de bingo se o jogo fosse legalizado, o relator acredita que a regulamentação, aliada a forte fiscalização, poderia ser o melhor caminho, tendo em vista a geração de empregos e arrecadação tributária voltada para a segurança pública no país.

– Temos de fazer alguma coisa, não dá para deixar do jeito que está – disse Garibaldi. “A legalização favorece uma fiscali-

zação efetiva por parte do poder público, inibindo a parceria do jogo de azar com atividades criminosas”, completa. Para o presidente da CPI, senador Efraim Morais (PFL-PB), o relator fez uma “provocação” ao Congresso, para que o assunto seja abordado com seriedade.

Por isso, será enviada à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDH) uma proposição para análise do assunto. Garibaldi também sugere maior rigor na punição dos que insistem em trabalhar com jogos de azar, como caça-níqueis, bicho e cassino. A proposta é criminalizar o que antes era tido apenas como contravenção penal.

Ele propõe ainda que os estados e o Distrito Federal possam explorar loterias, como modalidade de serviço público.

Autor do pedido de instalação da CPI dos Bingos, Magno Malta (PL-ES) não concorda com a regulamentação das casas de bingo e ainda provoca: “Se tivéssemos apurado somente o fato determinado, o relator não iria propor essa regulamentação”. Para ele, o Brasil não tem “vocaçã para a jogatina”. Malta irá apresentar voto em separado solicitando o fim do bingo no país.

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) pediu que a Corregedoria do Senado instaurasse sindicância para apurar as responsabilidades por nota divulgada pela liderança do PT que sugeria que a cúpula da CPI teria sucumbido ao lobby dos donos das casas de bingo.

Líder do PT, Ideli Salvatti (SC) desmentiu a nota atribuída à liderança, afirmando que a desconhecia e a desautorizava.

## CPI DOS BINGOS Governo e oposição anunciam que vão propor mudanças no relatório final de Garibaldi Alves



Tião Viana e Magno Malta (C) querem extrair do relatório o que não for relacionado aos bingos. Alvaro Dias (D) deseja incluir nomes de Gilberto Carvalho e José Dirceu



## Dois votos em separado a caminho



Nem a gregos, nem a troianos. O relatório final do senador Garibaldi Alves Filho não agradou a boa parte dos senadores da oposição e do governo. O resultado é que ambos os lados devem apresentar até esta quarta-feira votos em separado, com modificações ao texto do relator.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR), que ainda durante a leitura do resumo do relatório final, na última quinta-feira, pediu vistas e apresentou o voto em separado em que incluiu os nomes de Gilberto Carvalho, chefe de gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e do deputado federal cassado José Dirceu (PT-SP), que são citados no caso Celso Daniel (leia quadro nesta página).

O relatório do senador Garibaldi em nenhum momento é superficial, mas qualquer obra pode ser aprimorada. O voto em separado acrescenta aqueles que estão faltando – afirmou.

Além de Carvalho e Dirceu, Alvaro Dias relata o conhecimento do presidente Lula de questões relacionadas ao caso Santo André e a Paulo Okamoto, que entra na lista dos indiciáveis por lavagem de dinheiro e crime contra a ordem tributária.

## Segundo Garibaldi, faltaram provas para indiciamento

Apesar de o texto do relatório final apontar duras acusações a Gilberto Carvalho – chefe de gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva – em seu envolvimento com o caso Celso Daniel, o relator Garibaldi Alves Filho retirou, na véspera da apresentação, o seu nome da lista dos indiciáveis, assim como o do ex-deputado federal José Dirceu. Eles eram citados pelos crimes de concussão – que significa extorsão ou peculato cometido por empregado público no exercício de suas funções – e improbidade administrativa.

– Não podemos propor o indiciamento sem ter os elementos suficientes para isso. Sempre tive a convicção de que a investigação pudesse evoluir e trouxesse novos fatos para incluir esses nomes,

– É necessário que o Ministério Público dê continuidade às investigações sobre a participação ou omissão do presidente nos fatos profundamente analisados por essa CPI – cobra o senador.

O líder do PFL, José Agripino (RN), elogiou o relatório de Garibaldi: sensato e equilibrado, mas disse temer que haja dificuldades para a conclusão dos trabalhos, tendo em vista os rumores sobre “voto em separado, reparos, exclusões e perda de foco”.

## Governistas querem relatório diferente

Na ala governista, o senador Tião Viana (PT-AC) também demonstrou descontentamento com o trabalho e irá apoiar o voto em separado do senador Magno Malta (PL-ES).

– Pesam divergências em relação ao relatório que serão apresentadas em voto em separado. Fico preocupado quando na luta pelo poder deixamos crescer a injustiça contra a honra individual – ponderou o senador, citando o nome do ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci.

Autor do requerimento de instalação da CPI, Malta irá se ater, em seu voto, aos casos estritamente ligados a bingos e outras contravenções correlatas.

mas isso não aconteceu. Posso ter cometido um equívoco, mas foi pela minha conduta e não por pressão – afirmou relator.

Gilberto Carvalho foi citado na CPI pelos irmãos de Celso Daniel, João Francisco e Bruno Daniel, que afirmaram ter ouvido de Carvalho a confirmação da existência de caixa dois na prefeitura. O dinheiro seria entregue a ele, para que repassasse ao então presidente do PT nacional José Dirceu.

O presidente da CPI dos Bingos, Efraim Morais (PFL-PB), defendeu o documento de Garibaldi.

– Não foi feito um relatório político. Não ponho em dúvida qualquer decisão do relator, que teve uma conduta retilínea e ilibada. Mas se eu fosse ele, pediria o indiciamento de Dirceu e Carvalho – completou.

## Ex-segurança denuncia “caixa três”

No último depoimento prestado à CPI dos Bingos, Joacir das Neves, ex-segurança de João Arcanjo Ribeiro, o Comendador, reafirmou aos senadores – em reunião fechada – que a descoberta pelo ex-prefeito de Santo André de “caixa três” no município acabou ocasionando sua morte.

Ele afirmou ter ouvido o ex-segurança de Celso Daniel, Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, pedir a João Arcanjo ajuda para montar o seqüestro do prefeito, realizado no dia 18 de janeiro de 2002, que culminou com a morte dois dias depois.

Segundo o presidente da CPI, senador Efraim Morais (PFL-PB), o depoente confirmou a ligação dos jogos de azar e do crime organizado com o caso Santo André e Arcanjo, que cumpre pena de 37 anos em Cuiabá.

O próprio depoente pediu para falar a portas fechadas, uma vez que estaria sofrendo uma série de ameaças. Ele pediu para ser integrado novamente no

programa nacional de proteção às testemunhas.

Joacir das Neves desenhou o mapa dos esquemas para os senadores, onde aponta uma arrecadação do caixa dois em empresas que prestavam serviço à prefeitura, comandada pelo empresário Ronan Maria Pinto, o secretário municipal Klinger de Oliveira Souza e Sombra. O dinheiro passaria pelo prefeito Celso Daniel, que o entregaria a Gilberto Carvalho – atual chefe de gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva –, e, por último, chegaria ao PT, às mãos do então presidente do partido, José Dirceu. Esse mesmo dinheiro seria “lavado” por Arcanjo, segundo relatou o senador.

Klinger, Ronan e Sombra desviariam dinheiro do caixa dois, compondo um “caixa três”, que também seria “lavado” pelo Comendador. O prefeito teria sido seqüestrado e depois morto por ter descoberto esse desvio. Sombra, que foi sócio de Arcanjo, já foi indiciado pela morte de Celso Daniel.

## Relação de denunciados têm 79 pessoas e 4 empresas

Veja os mais destacados

## CASO LOTERJ

\* Waldomiro Diniz: formação de quadrilha, peculato, corrupção ativa, crime contra o procedimento licitatório e improbidade administrativa.

\* Carlos Ramos (Cachoeira): formação de quadrilha, corrupção passiva, crime contra o procedimento licitatório e improbidade administrativa.

\* Carlos Alberto R. Pinto (Bispo Rodrigues): formação de quadrilha, peculato, corrupção passiva e improbidade administrativa.

## CASO MÁFIA DO LIXO

\* Antonio Palocci: formação de quadrilha, falsidade ideológica, peculato, lavagem de dinheiro e improbidade administrativa.

\* Gilberto Sidnei Maggioni: formação de quadrilha, falsidade ideológica, peculato, lavagem de dinheiro e improbidade administrativa.

\* Luiz Claudio F. Leão: formação de quadrilha, peculato, lavagem de dinheiro e improbidade administrativa.

\* Rogério Buratti: formação de quadrilha, falsidade ideológica, peculato, lavagem de dinheiro e improbidade administrativa.

\* Donizeti Rosa: formação de quadrilha, peculato, lavagem de dinheiro e improbidade administrativa.

## CASO CELSO DANIEL

\* Sergio Gomes da Silva (o Sombra): homicídio, concussão, formação de quadrilha, improbidade administrativa e crime contra a ordem tributária.

\* Klinger de Oliveira Souza: concussão, formação de quadrilha e improbidade administrativa.

\* Ronan Maria Pinto: concussão, formação de quadrilha, improbidade administrativa e crime contra a ordem tributária.

## FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS POLÍTICAS

\* Paulo Okamoto: lavagem de dinheiro e crime contra a ordem tributária.

\* Rui Manuel Francisco: lavagem de dinheiro e crime contra a ordem tributária.

## ADENDO AO CASO GTECH

\* Fábio Rodrigues Rolim: lavagem de dinheiro e crime contra a ordem tributária.

\* Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social: incurso no art. 12 da Lei nº 9.613/98.



Ex-ministro Antonio Palocci: formação de quadrilha, falsidade ideológica, peculato...



Paulo Okamoto, presidente do Sebrae: lavagem de dinheiro e crime contra a ordem tributária

**CRISE POLÍTICA** Deve ser criada nesta semana comissão de inquérito para apurar desvio de verbas do Orçamento



Renan e Aldo, com o deputado José Carlos Aleluia, durante reunião de líderes sobre a CPI

## CPI mista vai investigar compra de ambulância

O presidente do Senado, Renan Calheiros, deve reunir o Congresso esta semana para anunciar a instalação de comissão parlamentar mista de inquérito (CPI mista) destinada a investigar o envolvimento de parlamentares na compra superfaturada de ambulâncias mediante fraude em emendas do Orçamento, conforme investigação realizada pela Polícia Federal na chamada Operação Sanguessuga.

A decisão foi tomada por 13 votos a 1 – este do Partido Progressista –, em reunião do senador Renan com o presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, e vários líderes partidários das duas Casas do Congresso. Prevaleceu no encontro o entendimento de que, apesar das investigações em curso, conduzidas pela Polícia Federal, sob a orientação do Judiciário, o Legislativo deve investigar as irregularidades mediante o trabalho de uma CPI.

Predominou também o entendimento do líder do PMDB, Ney Suassuna (PB), de que, em 30 dias, é possível a uma CPI fazer essa investigação. Não sendo esse tempo suficiente, os trabalhos poderão ser prorrogados.

Mencionado na investigação da Polícia Federal, o senador Suassuna disse ter proposto que a comissão tenha um relator e um presidente “que não estejam em busca de holofotes”.

– Majoritariamente, a resposta dos líderes foi, sim, pela instalação da CPI, que será curta, séria e que vai levar à verdade. Eu estou ansiando por isso, porque quero ouvir mui-

tos pedidos de desculpas. Pelo andamento das investigações já em curso, ela pode ser feita rapidamente – declarou Suassuna.

Como nem todos os líderes estavam presentes, Renan deu o prazo de 24 horas para que os ausentes se manifestem por escrito. Mas os líderes deixaram a reunião certos de que essa CPI será criada, visto que ela é apoiada por um número suficiente de assinaturas e atende a todas as exigências regimentais.

Antes de encerrado o encontro, a líder do PSOL, senadora Heloísa Helena (AL), observou que a decisão de convocar o colégio de líderes para compartilhar preocupações com essa CPI é importante, mas preveniu que os líderes não têm legitimidade para impedir a instalação da comissão de inquérito. Depois da reunião, ela resumiu o que disse aos participantes.

– Fiz uma preliminar, deixando claro que ao colégio de líderes não é dado o direito de rasgar a Constituição. Os líderes não têm autoridade legal para impedir essa instalação. O que garante a criação dessa CPI é o cumprimento das exigências legais. Nós conseguimos todas as assinaturas na Câmara e no Senado, portanto, não tem mais nenhuma possibilidade de essa CPI não ser instalada – afirmou.



Ney Suassuna acha que investigação pode estar concluída em 30 dias

## Saturnino vê “dimensão ética” em ação do governo

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) criticou o que chamou de insistência da oposição em indagar se o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, “sabia ou não” dos casos de corrupção denunciados no último ano. Para o parlamentar, perde-se, com essa argumentação, a “dimensão ética da justiça social”, e, nesse sentido, o governo Lula teria muitos resultados a apresentar.

Saturnino se concentrou nos benefícios advindos do programa de universalização à energia elétrica da atual administração, o Luz para Todos, que, para ele, em comparação com o de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), o Luz no Campo, está “quilômetros à frente”, principalmente por ter “rompido com a ótica neoliberal do mercado”.

## Heloísa Helena aponta subserviência ao capital

Ao traçar um paralelo entre as políticas macroeconômicas dos governos Fernando Henrique e Luiz Inácio Lula da Silva, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) considerou o sistema vigente uma “continuidade técnica” do anterior, agravado, pela maior subordinação e subserviência ao capital financeiro.

– O país entregou o patrimônio público para o capital financeiro. Nunca teve tanto “liberou geral” criminoso e corrupto como ocorre hoje – afirmou.

A senadora por Alagoas chamou de “farsa técnica” o anúncio de que o governo brasileiro teria pago a dívida com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Excluindo a parcela da dívida atrelada aos títulos do tipo Brady, Heloísa sustentou que a dívida pública, incluindo a externa, vem aumentando.

## Senadores aprovam voto de repúdio ao mensalão

Por meio de voto de repúdio aprovado pelo Plenário, o Senado manifestou sua indignação contra as irregularidades que ficaram conhecidas como “escândalo do mensalão”. O requerimento, apresentado por Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e assinado por 18 outros senadores, também exige que as investigações sejam aceleradas para que todos os culpados possam receber as devidas punições.

– A impunidade que cercou, durante esse ano, todos os acusados ofende o cidadão de bem e compromete a autoridade e a credibilidade dos Poderes da República. Não obstante as dificuldades interpostas, as descobertas da imprensa e, principalmente, o trabalho das CPIs e do Ministério Público Federal permitiram deslindar um sofisticado esquema de corrupção misturando o uso de recursos públicos com interesses inconfessáveis – afirma Antonio Carlos em seu requerimento.

O documento aprovado pelos senadores prossegue lembrando que as descobertas resultaram na demissão de membros do governo federal, na renúncia e cassação de parlamentares, no pedido de indiciamento de 40 pessoas feito pelo procurador-geral da República e no pedido da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para que o Ministério Público investigue o possível envolvimento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O senador José Agripino (PFL-RN) opinou que atitudes como a do presidente Lula de receber no Palácio do Planalto petistas

acusados de envolvimento no mensalão, posar com eles para fotografia e dizer que eles cometeram um erro mas não são corruptos, contribuem para a impunidade. José Agripino fez uma comparação dizendo que, enquanto Lula inocentou seus correligionários, o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, indiciou 40 pessoas, entre elas algumas que posaram para fotos com Lula.

Já o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) levantou a hipótese de a invasão da Câmara dos Deputados por manifestantes ligados ao Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) ter sido um ato orquestrado pelo governo federal para evitar que o Congresso e a imprensa repercutissem o aniversário de um ano da descoberta do esquema do mensalão.

Sibá Machado (PT-AC) criticou a OAB pela apresentação de notícia-crime contra o presidente Lula. Para o senador, a “OAB tem o direito de protestar, mas deveria primar pelos fatos determinados”.



Sibá Machado critica OAB pela denúncia contra Lula: faltariam “fatos determinados”

## TCU critica contas de Lula de 2005, diz José Jorge

O senador José Jorge (PFL-PE) registrou a apresentação, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), de 30 ressalvas no relatório com os pareceres prévios relativos às contas do governo federal de 2005.

José Jorge destacou, entre as conclusões do TCU, a de que o Brasil cresceu menos em 2005 do que no ano anterior. A taxa de evolução do produto interno bruto (PIB), a preços de mercado, foi de 2,3% em 2005, contra 4,9% em 2004. O crescimento real em 2005 teria sido um dos mais baixos entre os países emergentes.

Os números comprovariam que, apesar da austeridade fiscal, com a superação da meta de superávit primário, a economia gerada não foi suficiente para o pagamento dos encargos da dívida pública. O texto do TCU diz que “gastou-se mais do que se conseguiu arrecadar, e essa diferença foi bem maior do que a prevista”.

O tribunal também detectou que ações definidas como prioritárias na Lei Orçamentária

Anual não foram executadas no Orçamento de 2005. Em relação aos gastos com educação, o TCU aponta que deixou de ser cumprido o limite mínimo de investimentos estabelecido pela Constituição (do total a ser aplicado, foram investidos menos de 30%).

Quanto à saúde, disse o senador, a análise é de que o investimento mínimo só foi alcançado com a “mágica” de incluir desembolsos para outras áreas, acrescentadas “a fórceps” nas despesas com saúde (por exemplo, programas de transferência de renda como o Bolsa Família).

A carga tributária nacional continuou sua trajetória de crescimento, prossegue o relatório do ministro Valmir Campelo, tendo representado 37,36% do PIB. Em relação a 2004, houve acréscimo de 1,58%. O texto observa que “a elevação da carga tributária não teve como contrapartida a melhoria da prestação dos serviços ou aumento da aplicação de recursos na área social”.



**CRISE POLÍTICA** Presidente do Opportunity diz na CCJ que recusou dois pedidos do PT para custear despesas eleitorais

# Dantas apenas insinua “extorsão”

Sem citar a palavra “extorsão” e negando que tenha usado a palavra em entrevista à revista *Veja*, mas insinuando aos senadores que chegassem a essa conclusão, o presidente do Grupo Opportunity, Daniel Dantas, confirmou parte do conteúdo da entrevista concedida ao colunista Diogo Mainardi, em maio. Dantas afirmou, durante audiência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), ter sentido hostilidade por parte do governo desde que se recusou a contribuir para a campanha do PT, em 2002. O pedido foi feito em uma caixa, devolvida vazia a Ivan Guimarães, ex-presidente do Banco Popular.

A situação, segundo o depoente, piorou após a negativa de doar recursos da ordem de US\$ 50 milhões ao PT, a pedido do ex-tesoureiro do partido Delúbio Soares, em 2003. Dantas disse ter resistido às pressões para que fizesse a doação, o que levou o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), autor do requerimento, a afirmar:

– Se o senhor admite que resistiu é porque houve extorsão.

O banqueiro também confirmou encontros com o ex-ministro José Dirceu – ressaltando que não os solicitou – e com o ex-presidente do Banco do Brasil Cássio Casseb. Disse ainda que, falando em nome do governo, Casseb o ameaçou e

o instigou a desistir dos direitos do Opportunity na administração do fundo – integrado por fundos de pensão e o Citigroup – que controla, entre outras empresas, a Brasil Telecom (BrT). Sua gestão “desagradava” ao governo, teria dito Casseb. Com sua recusa em abrir mão desse direito, passou a “ser atropelado”, e citou como exemplo a negativa de liberação de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) à empresa para investir em telefonia móvel. A situação culminou com o Citi e os fundos de pensão apoiando a destituição do Opportunity da administração do fundo.

– O conflito societário foi via-

bilizado pelo governo – analisou Dantas.

Entretanto, o banqueiro negou que tenha entregado à *Veja* o suposto dossiê que acusa autoridades do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a ter contas no exterior. Negou ingerência na BrT e que tenha influência na empresa Kroll, acusada de espionagem, e voltou a afirmar que a contratação da Kroll foi feita pela BrT, sem determinação sua. O objetivo seria obter informações que explicassem o sobrepreço de US\$ 200 milhões que a Telecom teve que pagar para comprar a CRT, empresa de telefonia do Rio Grande do Sul que foi privatizada. A aquisição permitiria à BrT se

tornar operadora de celular.

A senadora Ideli Salvatti (PT-RS) disse que o depoimento de Dantas é “uma conveniência” para facilitar seu julgamento na Justiça dos Estados Unidos, numa ação movida pelo Citigroup em que é acusado de má administração.

– As investigações devem ficar onde estão, na Polícia Federal, trazer para cá não ajuda – argumentou.

Também participou da audiência a diretora do Opportunity e irmã de Dantas, Verônica Dantas. O presidente do Citibank, Gustavo Marin, alegou compromissos no exterior e não compareceu à audiência. Nova data deve ser marcada para ouvi-lo.

FOTOS: CÉLIO AZEVEDO



Daniel Dantas e sua irmã Verônica, em depoimento à CCJ: declarações do banqueiro levaram senador Arthur Virgílio (D) a concluir que “houve extorsão”

## Banqueiro assegura que não entregou lista de contas bancárias

Durante o depoimento do banqueiro Daniel Dantas à CCJ, na semana passada, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) voltou a classificar de “mentirosa e falsa” notícia publicada pela revista *Veja* dando conta de que ele teria contas bancárias ilegais em paraísos fiscais, conforme supostas informações repassadas por Dantas.

Em resposta, o banqueiro negou que tenha entregue à revista uma lista contendo nomes de autoridades brasileiras detentoras de contas no exterior. Ele também não deu crédito a uma outra lista em que até o nome do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, junto com os dos ex-ministros Antonio Palocci e José Dirceu, aparece como dono de contas no exterior.

Daniel Dantas, antigo controlador da Brasil Telecom, voltou a denunciar ainda que o grupo Citicorp retirou dele o controle da empresa “após ser pressionado pelo atual governo”. Ele estranhou também, ao longo do depoimento, que o PT

tenha pedido o seu indiciamento na CPI Mista dos Correios, sob a alegação de que havia em tese crime de corrupção, apesar de, como observou Dantas, “o PT não ter apontado quem era o corrompido”.

Já o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) sugeriu que a CCJ acompanhe o desenrolar do processo em andamento na Justiça de Nova Iorque, nos Estados Unidos, que envolve disputas acionárias da Brasil Telecom pelo Opportunity e Citibank. O senador também defendeu a vinda à comissão do presidente do Citibank, Gustavo Marin, que alegou compromissos no exterior para não comparecer ao Senado.

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), por sua vez, afirmou que os fundos de pensão administrados pelo grupo de Daniel Dantas “estão sofrendo grandes prejuízos”. Como exemplo, destacou informação de que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) chegou a multar o grupo em R\$ 200 mil, por cobranças indevidas.

## Contratação de compadre de Lula poderia “atenuar hostilidades”

Daniel Dantas afirmou à CCJ que a contratação do advogado Roberto Teixeira, compadre do presidente Lula, pela Brasil Telecom não teve interferência sua. Mas disse acreditar que a contratação de Teixeira – que confirmou, em depoimento anterior no Senado, ter recebido R\$ 1 milhão – pode sim ser vista como uma tentativa de “atenuar a discriminação” por parte do governo.

Ele disse também que Luiz Antônio Carlos de Almeida, outro advogado que tem ligações com membros da antiga cúpula do PT, trabalhou para a Brasil Telecom porque era ligado a CRT, empresa posteriormente adquirida pela BrT, e que por esse motivo foi mantido.

Daniel Dantas explicou ainda que a empresa de Marcos Valério Fernandes de Souza, a SMP&B Propaganda, foi contratada para cuidar da publicidade da BrT em telefonia móvel para que se aproveitasse a experiência anterior, já que a SMP&B era responsável pelas campanhas da Telemig, uma das empresas do grupo

administrado pelo banqueiro, antes da privatização.

– A CPI dos Correios não achou nenhuma irregularidade ao analisar as notas fiscais [de prestação de serviço da agência às telefônicas]. Foi o PT que exigiu que meu nome constasse como sugestão de indiciamento por eu “em tese” estar envolvido em corrupção, e isso não existe – afirmou.

Ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que citou incoerências em declarações do banqueiro à imprensa e até à CPI do Mensalão, quando negou ter sido achado pelo PT, Dantas declarou:

– Minha opinião hoje é de que talvez não fizesse a declaração com tanta veemência.

O depoente alegou agora conhecer dados que não tinha antes, como a entrevista do ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira ao jornal *O Globo* afirmando que o partido pretendia arrecadar R\$ 1 bilhão por meio do esquema conhecido como valerioduto.

## Briga por telefônica está no centro da denúncia de Daniel Dantas

Engenheiro e economista, o baiano Daniel Dantas é o maior acionista do banco de investimentos Opportunity, que ganhou especial visibilidade em 1998, ano da privatização das empresas de telefonia do Sistema Telebrás. Foi ele quem reuniu o consórcio vencedor da Tele Centro Sul, batizada mais tarde de Brasil Telecom (BrT), tendo como sócios a Telecom Itália, o Citigroup e fundos

de pensão de estatais como o Previ, do Banco do Brasil. O Opportunity também participa dos consórcios controladores da Amazônia Celular e da Telemig Celular.

Logo, o consórcio deu eco a ruidosos litígios. Em 2002, a Telecom Itália cedeu provisoriamente o controle da telefônica a Dantas e mais tarde acusou o banqueiro de impedir o seu retorno à administração da empresa. Houve então

a acusação de espionagem do governo e da Telecom Itália pela empresa Kroll em favor do Opportunity.

Até 2003, o Opportunity tinha o apoio dos fundos de pensão, retirado após a mudança de governo. É dessa época o suposto achado de Delúbio Soares, pedindo para o PT entre R\$ 40 milhões e R\$ 50 milhões a um executivo do Opportunity, para que as dificuldades junto ao

governo fossem resolvidas. Dantas informou que levou a proposta ao Citibank, mas não efetuou o pagamento ao PT.

O Citigroup continuou a dar apoio a Dantas, mas resolveu pedir a destituição do Opportunity do controle da BrT e ainda entrou com ação contra o banco pedindo ressarcimento de US\$ 300 milhões por prejuízos. Segundo Dantas, Lula teria pedido para o Citi romper com ele.

## ATAQUE AO CONGRESSO

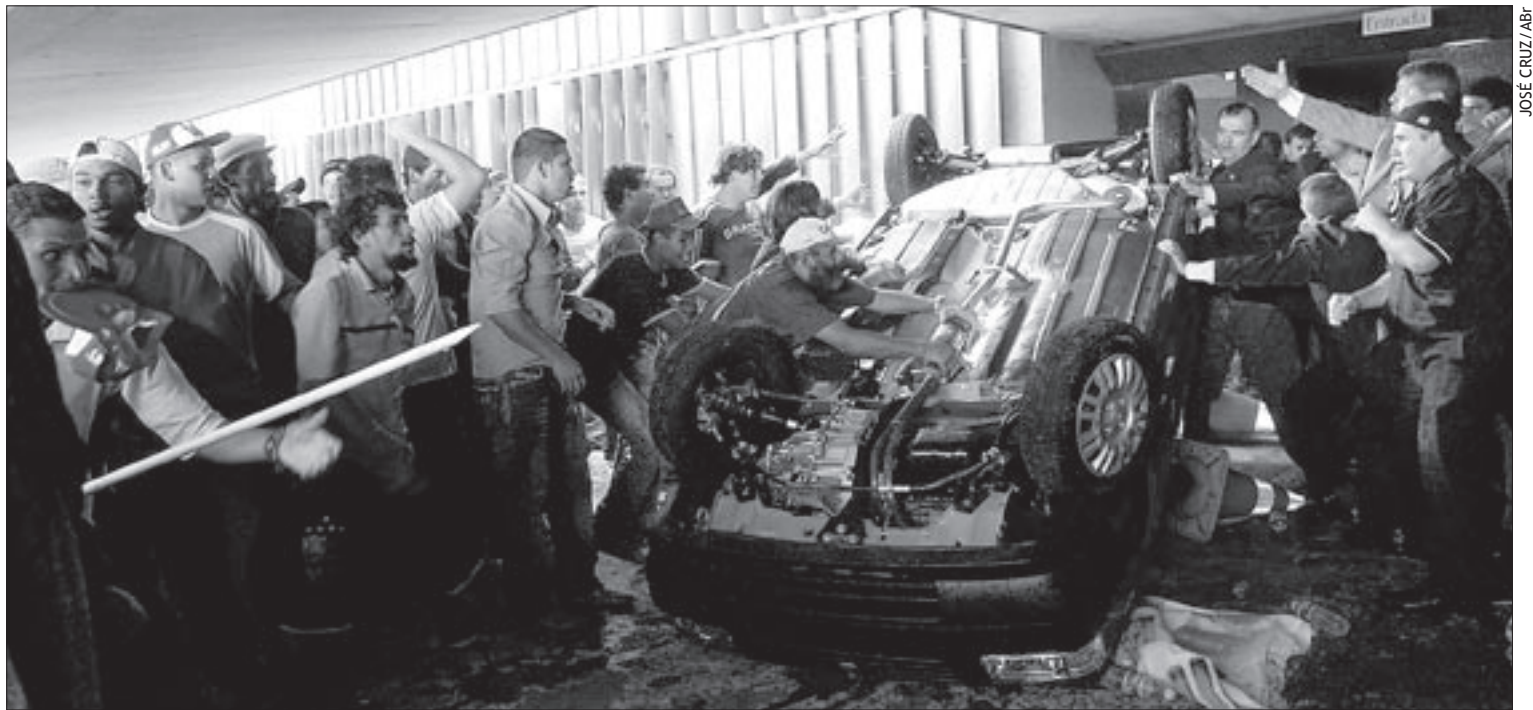
# Vandalismo na Câmara deixa 35 feridos

Mais de 500 integrantes do Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) ocuparam a Câmara dos Deputados por mais de uma hora na tarde da terça-feira. Durante a invasão, pelo menos 35 pessoas ficaram feridas, a maioria funcionários da Casa – um deles sofreu traumatismo craniano. Os manifestantes chegaram ao Salão Verde da Casa, que dá acesso ao Plenário, e só não houve uma intervenção policial no local porque parlamentares negociaram a saída do grupo.

Os manifestantes tombaram e destruíram um automóvel zero km que estava em exibição próximo à porta de um dos edifícios anexos da Câmara e que seria sorteado pela associação dos servidores da Casa. Já dentro do Congresso, destruíram equipamentos e portas de vidro, ocasionando um prejuízo que supera os R\$ 100 mil.

Depois que os integrantes do MLST deixaram a Câmara, policiais militares prenderam os militantes – homens, mulheres e crianças –, que passaram a noite em um ginásio de esportes em Brasília prestando depoimento. Os adultos foram então encaminhados para o complexo penitenciário da Papuda.

Uma fita de vídeo apreendida em mãos dos manifestantes e



Integrantes do MLST lançam um automóvel sobre seguranças, ao invadir e depredar a Câmara dos Deputados: prejuízo à democracia

anotações feitas pelo líder do MLST, Bruno Maranhão, apontam que o ataque à Câmara foi premeditado e organizado com antecedência.

Maranhão se defendeu dizendo que o objetivo do movimento era apresentar ao presidente da Câmara reivindicações em prol da reforma agrária. Entre outros itens, os manifestantes querem a atualização do índice de produtividade da terra (critério utilizado para se classificar uma área como

produtiva ou não) e a revogação da lei que proíbe, por dois anos, vistorias em terras ocupadas. O MLST defende ainda a reestatização da Companhia Vale do Rio Doce, que foi privatizada em 1997.

Mais gravemente ferido no confronto, o coordenador de Apoio Logístico do Departamento de Polícia Legislativa da Câmara, Normando Fernandes, que sofreu traumatismo craniano, já não corre perigo de morte.

## Renan: ação foi arruaça de movimento sem lei

O presidente do Senado, Renan Calheiros, manifestou indignação e classificou como “um absurdo” o quebra-quebra realizado na Câmara por militantes do MLST. Ele expressou sua solidariedade ao presidente daquela Casa, Aldo Rebelo, dizendo que, se “a arruaça” tivesse ocorrido no Senado, também teria mandado que a polícia prendesse a todos.

– Eu sempre defendi toda manifestação democrática, mas isso é uma arruaça. Essa gente tem

que ir para a cadeia e pagar pelo que fez. Isso não é movimento dos sem-terra, é movimento sem lei. Isso é um atentado à democracia, ao Parlamento. É um péssimo exemplo e não pode continuar. Não há como negociar com arruaçeiro – declarou.

Renan se recusou a receber carta de representantes do MLST com propostas para acelerar a reforma agrária. Ele também colocou a Polícia do Senado à disposição da Câmara.

## MLST é dissidência do MST e tem ação diferente

O Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) foi criado em 1997, a partir de uma dissidência de seu congêneres mais conhecido, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Enquanto o primeiro era, até a semana passada, mais conhecido por haver invadido o Ministério da Fazenda em abril de 2005, o segundo trouxe o termo “sem-terra” para o dia-a-dia do país, inclusive nas cidades, onde organizaram diversas mobilizações, como a Marcha a Brasília de 1999, que reuniu

mais de 100 mil pessoas.

Além do nome, o lema do MLST (“Ocupar, invadir e viver feliz”) também é bastante parecido ao do MST (“Ocupar, invadir e produzir”). Mas a ação do MLST é diferente da do MST, que, apesar de ter uma coordenação nacional, é descentralizado.

Segundo o geógrafo Marco Antônio Mitidiero, como acontecem nos demais movimentos de luta pela terra que nasceram de dissidências do MST, no MLST as decisões são centralizadas e há personalismos.

Para o pesquisador da USP, as dissidências partem de “guerras de egos” no MST, que levam os líderes insatisfeitos, como Bruno Maranhão, líder do MLST e membro suspenso da Executiva do PT, a formarem “seus próprios movimentos, inclusive com seu nome”.

Segundo a coordenação do MLST, a entidade está organizada em oito estados e representa 45 mil famílias sem-terra, um quarto delas aguardando, em acampamentos, a criação de assentamentos. Apesar das semelhanças com o MST, o MLST optou por ações de grande visibilidade, chegando ao ápice na semana passada, no ataque ao Legislativo.

**“Guerra de egos” leva líderes a criar novos grupos, diz pesquisador**

## Senadores avaliam que baixa credibilidade expõe Congresso

A desmoralização do Congresso por conta das denúncias do mensalão e da não-punição de parlamentares também foi identificada pelos senadores como fator que fragiliza a instituição, deixando-a mais exposta a críticas e ações como a realizada pelo MLST.

Preocupado com a baixa credibilidade do Legislativo perante a opinião pública, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu providências enérgicas, pois, diz, se o Congresso não souber enfrentar o que ocorreu, não será

capaz de sobreviver ou combater uma suposta conspiração contra a democracia no país.

– É mais grave o que ocorreu diante da crise moral que o Congresso vive. Nós também fazemos parte dessa conspiração quando não cassamos deputados comprovadamente envolvidos em atos ilícitos. Se o Congresso se mostrasse limpo, puro, a opinião pública se manifestaria contra os baderneiros – afirmou, classificando a não-instalação da

### Para Malta, Legislativo ficou desacreditado

Ao destacar que nada justifica o ato de vandalismo dos dissidentes do MLST, o senador Magno Malta (PL-ES) disse que o Legislativo se tornou alvo da investida por estar muito exposto e ter ficado desacreditado ao não punir supostos envolvidos no caso do mensalão.

– É preciso repudiar esse ato de vandalismo que nasce em cima do adubo da desmoralização – observou.

Para o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), o episódio levado a cabo por um “movimento antidemocrático” demonstra que instituições como o Legislativo e o Judiciário estão sendo postas em xeque pela população, devido à “corrupção no governo Lula”. Por conta de ser “o Executivo patrocinador da desmoralização das instituições”, ele sugeriu que o ato deveria ter se dirigido ao Palácio do Planalto.



Em momento de grande tensão, os manifestantes do MLST ocupam o Salão Verde, na Câmara, às portas do Senado

ATAQUE AO CONGRESSO Indignados com vandalismo, senadores cobram punição de responsáveis por violência

# Oposição vê Planalto em ação do MLST

Reação de repúdio ao vandalismo ocorrido na Câmara foi unânime no Senado. Os parlamentares de oposição, no entanto, relacionaram o ato do MLST ao governo e ao presidente Lula, por ser o líder da entidade um conhecido quadro do PT e membro da Executiva Nacional do partido. Para eles, a conotação política da manifestação fica clara também, pois deveria ser direcionada ao Executivo, responsável pela maior parte das reivindicações dos sem-terra, como a liberação de mais recursos para a reforma agrária.



Antonio Carlos cobra punição contra "arruaceiros travestidos de sem-terra"



Agripino desafia Lula a chamar o Exército, se preciso, para "impor ordem"

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou que o presidente Lula teria "participação direta" no episódio, na medida em que "incentiva os anarquistas". Segundo ele, o MLST deveria invadir o Palácio do Planalto, onde estaria "o maior ladrão do país". Ele conclamou as Forças Armadas a tomarem providências enérgicas contra "os criminosos, malandros, arruaceiros e mafiosos travestidos de sem-terra".

– Quero dizer neste instante, aos comandantes militares, não ao ministro da Defesa, que reajam enquanto é tempo, antes que o Brasil caia na desgraça de uma ditadura sindical, presidida pelo homem mais corrupto que já chegou ao governo – afirmou Antonio Carlos, que criticou a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) por não ter se antecipado à ação premeditada do MLST.

Para Alvaro Dias (PSDB-PR), "a cumplicidade" entre o presidente e o MLST "afrouxa" a autoridade pública na repressão a invasões de terra. O fato de o governo haver "abastecido de dinheiro" o movimento "aumenta a intransigüidade" na área rural. Por conta disso, ele apresentou requerimento para que o TCU faça auditoria nos convênios entre o governo e a Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária (Anara), que recebeu R\$ 5,6 milhões do Inbra.

## Alvaro Dias quer auditoria do TCU em repasses da União à Anara

– Com dinheiro público, Lula cala a boca de pseudolideranças que se apropriaram do MST. Como libera verbas, tem sido poupado, mesmo gerando a falsa expectativa de metas inatingíveis na reforma agrária – afirmou Alvaro Dias, ex-presidente da CPI da Terra.

Ao classificar o ato do MLST como a "mais grave agressão ao Legislativo em tempos democráti-

cos", o senador José Jorge (PFL-PE) disse que a invasão da Câmara reflete a "situação de desgoverno" pela qual passa o país. Ele lamentou o dano à imagem do Brasil no exterior causado pelo episódio.

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), disse que a invasão "arrancava a máscara da farsa" do PT e do governo. Ele desafiou Lula a tomar providências e chamar o Exército, se preciso, para conter atos como aqueles. Para ele, Lula não teria "coragem de expulsar o petista vândalo" que liderou o quebra-quebra.

– A reivindicação era o descontingenciamento de verba dos milhares de acampados. Por que no Congresso Nacional? Quem faz isso não é o presidente do Senado, é o ministro do Planejamento, por ordem do presidente da República – protestou Agripino, para quem o "PT de Bruno Maranhão" quer desmoralizar o Congresso.

Conforme o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), os sem-terra erraram de endereço, pois deve-

riam ter cobrado recursos do Executivo, que tem a chave do cofre. Ele considera que o Brasil passa por um momento de desordem ante um "governo leniente".

– Há um ano o país vive atormentado pela corrupção. Esses movimentos agem sem restrições e já invadiram e incendiaram prédios públicos, sem punição – protestou.

Nessa linha, o senador Demostenes Torres (PFL-GO) disse que o MLST não é um movimento social e o governo não faz sua parte.

– São todos foras-da-lei que invadiram o Congresso com o pretexto de que aqui também há bandidos. Mas o ministro Márcio Thomaz Bastos está fechando os olhos porque o governo deve ter contas a pagar à nação – disse Demostenes.

Para o senador Leonel Pavan (PSDB-SC), as promessas não cumpridas pelo governo Lula também levam à violência dos sem-terra.

– Lula costumava dizer que se chegasse ao poder não haveria mais invasões de terras, violência no campo ou greves, já que os participantes dos movimentos sociais seriam seus filhos. Presidente Lula, aí estão seus filhos

quebrando vidraças e invadindo o Congresso – afirmou Pavan.

Essa também é a avaliação da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), para quem a invasão é uma resposta à falta de seriedade do governo na execução de programas sociais como a reforma agrária.

Mesmo sem responsabilizar diretamente o governo ou o PT, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) não descartou a probabilidade de a invasão ter motivação política, "inspirada pelo Planalto". Segundo ele, Lula já demonstrou que muitas coisas ocorrem ao seu lado sem que ele tome conhecimento.

Já a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) disse que os manifestantes podem até ter reivindicações importantes, mas erraram no modo de apresentá-las e no alvo escolhido para os protestos, pois "quem não está fazendo a

reforma agrária é o Executivo". Para ela, o ato foi uma "farsa radicalóide", comandada por lideranças subordinadas ao governo, pois um movimento social legítimo não praticaria ações desse tipo.

O senador Almeida Lima (PMDB-SE) vê o MLST como a "tropa de choque" do PT. Para ele, a invasão da Câmara foi patrocinada para amedrontar parlamentares, especialmente a oposição.

Antero Paes de Barros (PSDB-MT) reforça a tese do colega sergipano, pois considera difícil que Bruno Maranhão tenha agido sem o respaldo do Planalto.

## Governistas repudiam invasão e acusações

Notas do PT e do governo de repúdio aos atos de violência patrocinados pelo MLST foram lidas em Plenário por senadores governistas, para afastar ligações de pessoas próximas ao presidente Lula com o ataque à Câmara dos Deputados. Além das acusações dos governistas, a relação do MLST com o Planalto foi feita pelo fato de o líder da entidade, Bruno Maranhão, ser do PT.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) anunciou que Bruno Maranhão foi afastado da Executiva do partido por conta de sua participação no "quebra-quebra" na Câmara. Ela reiterou o repúdio do PT aos "atos de vandalismo", classificou o episódio como "afrenta ao Parlamento" e disse lamentar que esse tipo de episódio contribua para a criminalização dos movimentos sociais e a desqualificação das suas reivindicações.

Ideli sustentou que o Congresso é o endereço correto para que os movimentos sociais cobrem seus direitos, mas observou que isso deve ser feito de forma pacífica. Ela registrou que, em junho de 2005, a manifestação de agricultores com tratores na Esplanada dos Ministérios, no chamado "tratoração", também passou ao largo da legalidade.

– Rechaçamos qualquer afronta à legali-

dade. Mas não é motivo para alertar para que militares reajam ou venham a assumir o poder porque há descontrole. Não há descontrole. Houve uma manifestação descontrolada, que será punida – disse.

O senador Flávio Arns (PT-PR) repudiou as insinuações de que o vandalismo tenha sido incentivado pelo Planalto e pelo PT. Segundo ele, o presidente Lula e seus ministros sempre enfatizaram que o melhor caminho para negociar é o diálogo.

Sibá Machado (PT-AC) afirmou que houve uma tentativa de partidização da invasão da Câmara. Ele sugeriu que "as paixões políticas" em momento eleitoral sejam deixadas de lado, já que todos repudiaram o vandalismo, inclusive o Planalto, em nota lida em Plenário pelo próprio senador. O senador destacou ainda que o Ministério da Justiça colocou a Polícia Federal à disposição do Legislativo

para punir aqueles que usaram da força de forma ilegítima.

Sibá esclareceu que foi até a Câmara conversar com os manifestantes porque acreditava que, com sua experiência de liderança junto a trabalhadores rurais, poderia ajudar a esclarecer o que estava acontecendo – o que ele disse não ter conseguido. Ele foi criticado por outros



Ideli Salvatti considerou a invasão do MLST uma "afrenta ao Parlamento"



Flávio Arns repudiou acusações de que vandalismo teria incentivo do governo

parlamentares por ter tirado fotos com os sem-terra, mas rebateu dizendo não ter "nenhuma preocupação" quanto a isso.

– O gesto de Maranhão é impossível de se aceitar. No entanto, em 1989, fomos acusados de participação no seqüestro do empresário Abílio Diniz, o que nos feriu muito. Há um militante do PT envolvido (na invasão), sim, e o partido vai cuidar disso, assim como a Justiça tomará suas providências – respondeu.

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) reprovou a invasão da Câmara, mas também condenou qualquer ilação vinculando o governo Lula ao episódio.

– O apoio do governo do PT aos trabalhadores rurais não implica apoio à violência ou a atitudes radicais. Não há conotação ideológica nessa atitude e nem foi apresentada aos nossos líderes qualquer reivindicação – enfatizou.

Solidário à causa da reforma agrária, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) aconselhou o MLST a adotar meios democráticos

e não violentos para se manifestar. Ele lembrou que fez a mesma recomendação aos militantes da Via Campesina e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que invadiram um laboratório de melhoramento genético da Aracruz Celulose no Rio Grande do Sul.

Para ele, a violência pode atrasar as causas que os trabalhadores defendem. Suplicy leu a nota de repúdio da Direção Nacional do Partido dos Trabalhadores, que se solidarizou com o Parlamento.

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que se disse favorável à "reforma agrária pacífica", avaliou que a manifestação violenta na Câmara "desmoraliza a defesa da terra para quem não tem terra".

Os parlamentares, como o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), elogiaram a atitude do presidente da Câmara, deputado Aldo Rebelo, que repudiou a violência e ordenou a prisão dos participantes do episódio.

**AGRICULTURA** Projeto que beneficia agricultores nordestinos volta à Câmara e precisa ser votado até 4 de julho



Renan articula amplo acordo entre líderes e garante aprovação da matéria pelo Plenário do Senado, em votação simbólica

## Esforço para assegurar renegociação de dívida rural

Às 22h13 da última quarta-feira, o presidente do Senado, Renan Calheiros, assinou ofício remetendo de volta à Câmara o projeto de conversão do senador Fernando Bezerra (PTB-RN) que prevê a repactuação de dívidas rurais contraídas por micro e pequenos agricultores do Nordeste – PLV 19/06, elaborado em substituição ao Projeto de Conversão da Câmara 16/06, proveniente da MP 285/06. Renan se apressou no envio da matéria imediatamente após sua aprovação pelo Senado porque, explicou, se o projeto não for aprovado até o dia 4 de julho pelos deputados, a MP deixará de produzir seus efeitos.

Para os senadores votarem a repactuação das dívidas dos produtores rurais nordestinos foi necessário amplo acordo entre os líderes, coordenado por Renan, que requereu do

Plenário, e foi atendido, uma inversão na pauta de votações. Já o texto, que foi aprovado em votação simbólica, foi negociado pelo relator Fernando Bezerra com representantes dos 167 mil agricultores beneficiados pela medida, o Ministério da Fazenda e as lideranças dos partidos.

A repactuação, explicou o relator, poderá ser requerida pelo mutuário inadimplente que tiver contraído crédito de até R\$ 100 mil e que atue na área de abrangência da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene). Os agricultores familiares pagarão taxa de juros anual de 6%, enquanto os médios e grandes terão taxa de 8,75% ao ano. A medida original limitava a repactuação às dívidas de até R\$ 50 mil.

Para Ney Suassuna (PMDB-PB), o acordo foi o melhor possível, apesar de não ser o ideal. José Agripino (PFL-RN) e Heráclito

Fortes (PFL-PI), mais críticos, classificaram o resultado como “uma meia-sola” e “migalhas”. Rodolpho Tourinho (PFL-BA) opinou que a solução definitiva seria o projeto que o Congresso aprovou, o PLC 142/05, vetado pelo presidente Lula, e José Maranhão (PMDB-PB) cobrou uma política agrícola para o país.

### Senadores divergem sobre alcance da MP

Heloísa Helena (PSOL-AL) considerou a solução paliativa e defendeu a aprovação de um projeto que corrija as distorções dos saldos devedores dos produtores. Já Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) comemorou o fato de o relator ter aceito sua proposta de ampliar para R\$ 100 mil o teto que dá direito à repactuação, mas César Borges (PFL-BA) lamentou a não inclusão dos cacauicultores da Bahia entre os beneficiários.

Por sua vez, Eduardo Azeredo (PSDB-MG) informou que municípios mineiros do norte do estado, incluídos na Adene, também serão beneficiados. Para João Tenório (PSDB-AL), o governo foi mesquinho com os produtores nordestinos ao não permitir melhores condições para a repactuação de suas dívidas. Segundo Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), é preciso acabar com a inadimplência para que o agricultor possa retomar sua produção e gerar emprego e renda.

Já Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) cobraram do governo a repactuação de dívidas dos produtores da região Norte. Renan se comprometeu a trabalhar para que o pleito seja atendido.

Edison Lobão (PFL-MA) pediu à Câmara que delibere sobre proposta de sua autoria que cria um seguro contra a perda de safra.

## Grupo busca saída para o campo

Os senadores Flávio Arns (PT-PR) e Jonas Pinheiro (PFL-MT) vão representar a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) em grupo de trabalho com o objetivo de encaminhar soluções para a crise na agricultura, decorrente de fatores como estiagens, baixa cotação do dólar, queda dos preços nos mercados interno e externo, além dos impactos da aftosa no país e da gripe aviária no exterior. Também terão assento no grupo deputados, representantes de quatro ministérios (Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Fazenda; Desenvolvimento Agrário; e Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) e de organizações de produtores e trabalhadores do setor.

A escolha dos senadores foi feita durante reunião da comissão na quarta-feira, em resposta à deliberação sobre a formação do grupo de trabalho, tomada em recente seminário sobre os problemas na área agrícola. O evento foi promovido conjuntamente pela CRA e pela Comissão de Agricultura da Câmara.

De acordo com o vice-presidente da comissão, Flávio Arns, o grupo de trabalho vai possibilitar a análise aprofundada das

reivindicações do setor, entre as quais o pedido de mais recursos para financiar a comercialização e investimentos em infra-estrutura. Arns adianta que o grupo deve apresentar as conclusões – para o que chama de “novo pacote agrícola” – até 23 de julho.

– Esse trabalho vai possibilitar o diálogo e a convergência de pontos de vista para soluções adequadas às necessidades do setor – comentou.

O exame dos três projetos pautados para a reunião da comissão foi adiado. Duas propostas, entre elas a de Tasso Jereissati (PSDB-CE) que amplia o leque de beneficiários do crédito rural,



Vice-presidente da CRA, Flávio Arns representará a comissão no grupo de trabalho

receberiam decisão terminativa e, portanto, exigiam quórum para votação – nove presentes, com cinco votos favoráveis.

Jonas aproveitou para fazer um relato de audiência pública realizada para avaliar os riscos da gripe aviária e as ações preventivas necessárias.

De acordo com o senador, o debate trouxe informações no sentido de que o Brasil está bem preparado para prevenir e enfrentar o problema, com potencial de risco reduzido pelo fato de o país estar fora da rota das aves migratórias oriundas da Europa, onde o vírus vem se manifestando.



Jonas também foi escolhido para integrar comitê que proporá soluções para o setor

## Pacote não saiu do papel, adverte Jonas

O lançamento do pacote de medidas de apoio ao agronegócio brasileiro, anunciado pelo governo federal há quase duas semanas, não foi suficiente para acabar com a preocupação do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) com a situação dos produtores rurais. A inquietação persiste, conforme explicou, pelo fato de as iniciativas ainda não terem saído do papel.

O parlamentar admite que o pacote ameniza a pressão quanto ao pagamento de dívidas de curtíssimo prazo, mas erra ao não oferecer alternativa de renegociação para débitos de safras anteriores. Outros equívocos apontados são a ausência de incentivos ao cultivo de frutas, mandioca, fumo, feijão, cacau e café, além da exclusão da pecuária bovina de corte e leiteira, da suinocultura e avicultura dos setores beneficiados.

– Esse pacote não inseriu medidas de ordem estrutural. Isso acaba gerando descrédito e revolta nos produtores – disse.

## César Borges defende apoio aos cacauicultores

O senador César Borges (PFL-BA) fez um apelo ao governo federal para que faça levantamento completo da situação dos produtores de cacau da Bahia, com vistas à renegociação de suas dívidas. O parlamentar explicou que o setor vem enfrentando dificuldades e que a lavoura de cacau na Bahia encontra-se em fase de recuperação, mas ainda sem produzir o suficiente para garantir sua sustentabilidade.

César Borges também sugeriu aos parlamentares que derrubem o veto do presidente Lula ao projeto de lei da Câmara (PLC 142/05), sobre renegociação de dívidas rurais. Ele pediu ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que convoque o Congresso para colocar a matéria em votação.

## Pavan alerta para crise agrícola em seu estado

Leonel Pavan (PSDB-SC) alertou para a grave situação dos agricultores de Santa Catarina, que, segundo disse, estão abandonando suas terras para tentar a vida nos grandes centros, devido à falta de atenção do governo Lula para com o setor. Pavan frisou que tal fenômeno jamais acontecera na região, um dos maiores celeiros de grãos no país. A propósito, citou matéria do jornal *Correio Braziliense*, do Distrito Federal, destacando que um município catarinense, Massaranduba, apresenta economia dinâmica, fruto de parceria entre prefeitura e produtores. No entanto, Pavan ressaltou que o sucesso é resultante de um esforço local, sem a participação do governo federal.

## Heráclito cobra verba para projeto de irrigação Pontal

Heráclito Fortes (PFL-PI) denunciou o abandono, por parte do governo Luiz Inácio Lula da Silva, do projeto de irrigação Pontal, localizado na área de Petrolina-Juazeiro (PE-BA), às margens do rio São Francisco. O senador esteve em Petrolina, acompanhando o candidato à Presidência Geraldo Alckmin. O projeto Pontal, que já tem vários quilômetros de canais concretados, contava com verbas no último Orçamento federal preparado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Segundo Heráclito Fortes, o governo Lula suspendeu todos os recursos previstos para 2003 e nada destinou às obras nos anos seguintes.

COMISSÕES Ministro da Saúde confirma início da produção nacional a comissões do Senado e da Câmara

# Gripe aviária terá vacina em 4 meses

O ministro da Saúde, Agenor Álvares, anunciou em audiência pública no Congresso que dentro de quatro meses o Brasil já terá vacinas contra a gripe aviária, para proteger a população. O Instituto Butantã, de São Paulo, vem trabalhando há mais de ano no desenvolvimento de uma vacina, depois de ter recebido verbas extraordinárias do governo federal. A doença já foi detectada em 58 países.

O pronunciamento do ministro foi feito em audiência pública promovida pelas comissões de Agricultura do Senado e de Agricultura e de Desenvolvimento Econômico da Câmara.

Por mais de três horas, especialistas e autoridades mostraram aos congressistas, em detalhes, o trabalho do governo federal e dos estados para prevenir a entrada da gripe aviária no país e o que será feito se for detectado algum foco em território nacional.

Durante sua explanação, o ministro leu comunicado recebido na semana passada da Organização Mundial da Saúde (OMS), sobre família da Indonésia que teve sete pessoas infectadas pelo

vírus H5N1, sendo que três delas morreram. Havia receio de contaminação entre pessoas, mas os especialistas da OMS informaram que mais de 50 pessoas da mesma vila da Indonésia tiveram contato com os doentes e não foram contaminadas. Ou seja, a princípio ficou descartada a temida possibilidade de mutação do vírus.

Álvares afirmou que, infelizmente, “é alta a probabilidade de que o vírus venha a ser transmitido

entre pessoas”, por mutação genética, mas não é possível prever quando isso pode ocorrer. Apesar disso, ele lamentou que alguns especialistas tenham dado entrevistas falando

até mesmo em datas para que a doença seja detectada no Brasil.

O plano do governo de prevenção à doença (veja o quadro nesta página) envolve a preparação de médicos e enfermeiros, laboratórios em condições de identificar o vírus com rapidez, produção de vacinas, importação de antivírus para humanos, colocação de telas finas ao redor dos galpões de criação de frangos (para evitar contato com aves migratórias) e exame de materiais de aves que passam pelo Brasil.

**Doença já foi detectada em 58 países, informou o ministro**

## Antibiótico reduz temor, mas letalidade ainda é superior a 50%

O presidente da União Brasileira de Avicultura, o médico Zoé Silveira d'Ávila, foi otimista e ponderou que as pessoas “não precisam ter tanto medo” da gripe aviária. Para ele, a imprensa, ao comparar a gripe aviária à espanhola (que matou mais de 20 milhões de pessoas após a 1ª Guerra Mundial), não leva em conta que “naquela época não existiam os antibióticos”. O médico, no entanto, admitiu que o taxa de letalidade da epidemia tem sido superior a 50%.

Caso a gripe aviária seja detectada no Brasil, haverá grandes perdas econômicas e sociais, previu Ricardo Gonçalves, presidente da

Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango. O país exporta mais de US\$ 3,5 bilhões em carne de frango, que é também a mais consumida atualmente pelos brasileiros – 37 quilos por pessoa ao ano. As indústrias brasileiras são responsáveis por 43% de toda a carne de frango exportada, já superando inclusive as norte-americanas. Sem o plano montado pelo governo, disse Ricardo Gonçalves, “haveria um verdadeiro desastre”, pois até o brasileiro deixaria essa carne de lado, apesar de não ocorrer transmissão da doença quando o alimento é submetido ao calor.



Ministro Agenor Álvares (D), ao lado de Jarbas Barbosa, da Vigilância Sanitária: plano contra epidemia

## O QUE DIZ O PLANO NACIONAL

Resultado de mais de um ano de trabalho, o Plano Nacional de Prevenção à Influenza Aviária foi elaborado pelo Ministério da Agricultura e recebeu contribuições de outros ministérios e do setor privado. O documento contém as principais reivindicações apresentadas por criadores, frigoríficos e exportadores de frango. Antes de ser oficialmente lançado, em abril passado, o plano também foi submetido a consulta pública durante 30 dias.

### Pontos centrais do programa

- monitoramento do desenvolvimento internacional da doença
- vigilância de aves migratórias nas fronteiras e na criação de aves
- proibição da importação de aves de países onde tenha sido detectada a doença

### Medidas adicionais previstas

- Construção de uma fábrica de vacinas no Instituto Butantã (SP), que ficará pronta em 2007. Até lá, uma planta piloto está sendo operacionalizada para produzir ainda este ano inicialmente 20 mil doses mensais.
- Todos os estados terão unidades-sentinelas em hospitais e postos de saúde, para recolher secreções nasais e da faringe de pessoas que tenham sintomas da gripe e, assim, verificar quais vírus estão presentes naquela região.
- Governos estaduais que aderirem ao plano terão autonomia para proibir o trânsito interestadual de aves, a fim de proteger seus próprios plantéis do vírus causador da doença.
- O Ministério da Agricultura e Pecuária deverá elaborar inquéritos epidemiológicos anuais, além de editar as leis de trânsito de animais.
- As superintendências federais de Agricultura terão de assegurar o cumprimento das medidas emergenciais do plano e participar da criação dos comitês de sanidade avícola.



Médico José Feitosa, com os senadores Antônio Carlos Valadares e Sérgio Guerra ao fundo: recondução unânime

## CAS aprova recondução de diretor da ANS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou por unanimidade a recondução do médico José Leônico de Andrade Feitosa ao cargo de diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Feitosa ocupa a Direção de Desenvolvimento Setorial da ANS desde 2003 e foi indicado pelo presidente da República para continuar na diretoria da agência.

A indicação agora será examinada em Plenário, em regime de urgência, conforme requerimento do senador Augusto Botelho (PDT-RR) aprovado pela comissão.

O relator da matéria, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), destacou que Feitosa, além de possuir um currículo convincente, tem conduzido a diretoria da ANS de forma equilibrada. O indicado,

ex-secretário de Saúde do Rio de Janeiro, é cirurgião cardiovascular e chefiou o Serviço de Cirurgia Cardiorrástica do Hospital Universitário do Fundão, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Em resposta a questionamento feito pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Feitosa assegurou que a ANS, criada em 2000, nunca propôs empréstimos a operadoras de planos de saúde e que essas operadoras estão submetidas aos riscos de mercado.

Na opinião do senador Mão Santa (PMDB-PI), os planos particulares podem contribuir para solucionar os problemas de saúde do país, já que a medicina

pública atualmente oferecida pelo Sistema Único de Saúde (SUS) é uma “farsa”. O sistema não garante aos profissionais de saúde condições adequadas de trabalho, acrescentou Mão Santa, dando o exemplo do valor pago pelo SUS por uma consulta médica – R\$ 2 – e por uma anestesia – R\$ 6.

Já o senador Flávio Arns (PT-PR) observou que o sistema público de saúde é exemplar em alguns aspectos, falhando no atendimento de situações corriqueiras. Arns sugeriu ainda ao diretor da agência que a instituição esteja aberta ao diálogo com a sociedade para vencer os desafios apresentados pelo país na área de saúde.

**José Feitosa garante que empréstimo a planos de saúde está descartado**

## COMISSÕES

# Consumidor terá direito a atendimento pessoal

Todo fornecedor de produtos ou serviços poderá ser obrigado a oferecer atendimento pessoal ao consumidor, mesmo que a empresa já ofereça atendimento por telefone, internet ou similar. Projeto nesse sentido foi aprovado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), na forma de substitutivo apresentado pelo senador Aelton Freitas (PL-MG). A matéria depende ainda de votação em Plenário.

Para Aelton Freitas, o projeto (PLC 114/05) elaborado pelo deputado Wellington Fagundes (PL-MT), além de melhorar significativamente o atendimento, pode contribuir para garantir maior proteção aos direitos do consumidor, uma vez que facilita

a defesa das pessoas. Ainda de acordo com o senador, a proposta também possibilita a redução dos índices de desemprego, já que as empresas terão de contratar mão-de-obra para manter os postos de atendimento pessoal.

Na mesma reunião, a comissão aprovou outro projeto de lei da Câmara (PLC 134/05) que beneficia os consumidores. Proposto pelo deputado Celso Russomanno (PP-SP), o PLC altera o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90) para estender de 30 para 60 dias o prazo máximo de reclamação por problemas no fornecimento de serviços e produtos não-duráveis.

Quando a reclamação for em relação ao fornecimento de serviços e produtos duráveis, determina o projeto, o prazo deverá ser



Valdir Raupp (à esq., com Aelton Freitas), relator, incluiu emenda que aumenta prazos de garantias

estendido de 90 para 120 dias.

## Projeto amplia conceito de "fornecedor"

O relator, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), incluiu emenda para determinar que, após a devolução do produto ou realizada a execução do serviço pelo fornecedor, com o atendimento da reclamação do consumidor, serão reiniciados os mesmos prazos para reclamação em relação à parte do produto

que foi substituída ou à parcela do serviço executada.

O projeto amplia o conceito de fornecedor e o define como "toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos, novos

ou usados, ou prestação de serviços". A proposição agora será analisada em Plenário.

Nova subcomissão será criada no âmbito da CMA, conforme requerimento dos senadores Aelton Freitas e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) aprovado pelo colegiado. Com cinco senadores, incluídos os três do Pará, a subcomissão acompanhará as ações para superar a crise do setor florestal-madeireiro naquele estado.

## Fracionamento de férias poderá valer para todos

Projeto de lei do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para permitir que também os menores de 18 anos e os maiores de 50 anos possam fracionar suas férias, a exemplo do que já ocorre com os demais trabalhadores. A proposta foi aprovada em

A proposta determina também que a concessão do benefício a menores de 18 anos precisará da assistência de seus responsáveis.

### Projeto inclui menores de 18 anos e maiores de 50 entre os beneficiários

decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Pelo projeto (PLS 116/03), as férias podem ser concedidas em até três períodos, de no mínimo dez dias cada, mediante acordo escrito, individual ou coletivo.

A comissão aprovou ainda, também em decisão terminativa, projeto (PLS 16/04) apresentado por Eduardo Azeredo (PSDB-MG) que obriga a impressão

nas embalagens de bebidas da advertência "Mantenha limpa".

O projeto de Azeredo recomenda ainda o uso de material protetor nas embalagens para evitar contaminação por detritos de insetos ou de roedores.

## Semana nacional contra os maus-tratos

A Comissão de Educação (CE) aprovou por unanimidade projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que institui a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância. Também foi aprovada emenda da relatora, senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), para que durante o evento sejam desenvolvidas atividades de conscientização da comunidade sobre as causas da violência. A finalidade é buscar solução para o problema. O PLS 340/05 teve decisão terminativa.

No parecer favorável, Patrícia Saboya afirma que levantamento da Escola Paulista de Medicina, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), revela que cer-

ca de 30% das crianças menores de dois anos que apresentam lesões como fraturas e queimaduras sofreram maus-tratos, na maioria das vezes causados pelos pais ou responsáveis. A pesquisa, realizada no Hospital Santa Maria, mostrou que mais de 60% dos casos de maus-tratos identificados em internações de menores na instituição envolviam crianças com menos de um ano.

– Um dado alarmante é que os pais, vítimas de violência doméstica quando crianças, reproduzem nos filhos o mesmo tratamento violento – observa a senadora.

Para quebrar esse círculo vicioso, Patrícia Saboya defende

a necessidade de uma atuação vigorosa por parte do governo e da sociedade, tanto no tratamento dos agressores quanto na prevenção e nos cuidados médicos às vítimas do ponto de vista físico e psicológico.

### Comunidade precisa ajudar na prevenção

O parecer foi lido pela senadora Iris de Araújo (PMDB-GO), a pedido de Patrícia Saboya. Os senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Lúcia Vânia (PSDB-GO) destacaram a importância do projeto. Segundo Tuma, no combate a esse tipo de violência é importante a participação da comunidade por meio de denúncias de vizinhos.

## SALÁRIO MÍNIMO

# Valor mensal deve cumprir Constituição, diz Heloísa Helena



Jefferson Péres e Heloísa Helena na audiência pública em Manaus: mínimo deve suprir necessidades definidas na Carta

Durante a quinta audiência pública externa da Comissão Mista Especial do Salário Mínimo, em Manaus, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) enfatizou que o papel do colegiado é estudar medidas legais para implementar no país o que determina a Constituição federal. Pelo artigo 7º da Carta, o salário mínimo deveria suprir as necessidades básicas do trabalhador e de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social.

A senadora lembrou que, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para cumprir a lei o valor do salário mínimo deveria ser R\$ 1.536,92. Em um dos diagnósticos já apresentados pela comissão, as medidas que devem ser tomadas

vão além do ajuste no valor do mínimo e passam por políticas sociais que assegurem ao trabalhador serviços públicos de qualidade em saúde, educação e segurança. Isso reduziria o valor do ajuste em termos absolutos.

– É possível transformar em realidade objetiva o que está na Constituição sobre o salário mínimo? Esta comissão está percorrendo o Brasil para ouvir humildemente todos os setores da sociedade que de alguma forma são impactados pelo salário mínimo, do trabalhador informal ao Ministério do Trabalho e Emprego – declarou.

No debate, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) observou que somente um pacto entre os partidos políticos pode viabilizar a erradicação da miséria no país. Na opinião do senador, é necessária a conjun-

ção de três fatores: na economia, crescimento do produto interno bruto (PIB) de pelo menos 5% ao ano; no âmbito social, uma política de valorização do mínimo, para assegurar maior renda *per capita*; e o fim do trabalho informal.

– É preciso colocar um ponto final na novela do reajuste do salário mínimo. Cada governo tem sobre o tema uma orientação diferente, gerando disputa dentro e fora do Congresso. É preciso ter parâmetros, para que ele possa recuperar seu valor de compra de forma contínua, independentemente de quem ou de qual partido esteja no poder – salientou.

Com essa audiência, a comissão completou suas visitas a todas as regiões. Os parlamentares estiveram antes em Curitiba, São Paulo, Salvador e Porto Alegre.

## COMISSÕES

# Aprovado projeto que cria cadastro de e-mails

Projeto do senador Delcídio Amaral (PT-MS) que obriga os prestadores dos serviços de correio eletrônico (*e-mail*) a manter cadastro dos usuários foi aprovado pela Comissão de Educação (CE). Desse arquivo deve constar número de cadastro de pessoa física ou jurídica (conforme o caso), endereço completo, data de expedição e órgão expedidor do *e-mail*, entre outros dados de identificação. O projeto agora será submetido ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Delcídio Amaral revela, na jus-

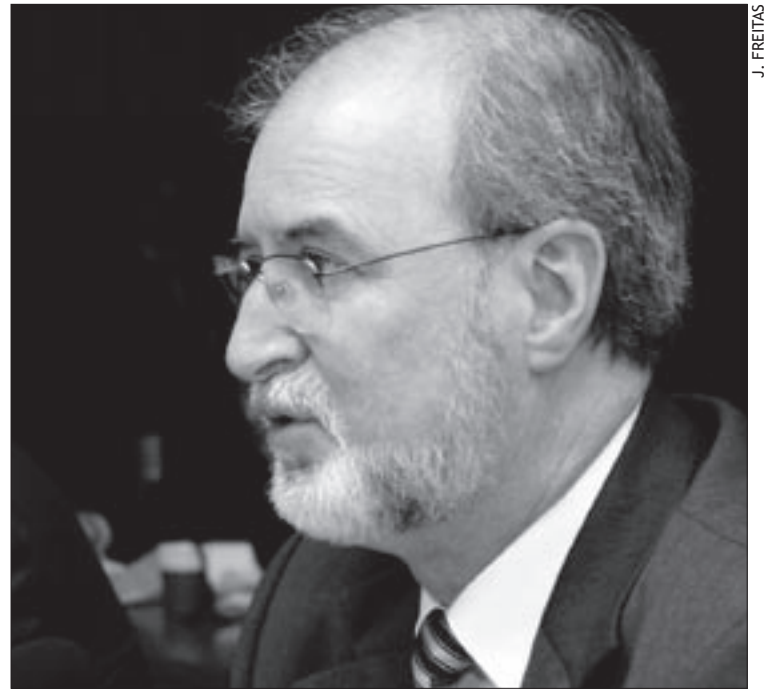
tificação do projeto, preocupação com a possibilidade de o correio eletrônico vir a ser usado em larga escala com fins criminosos. Ele argumenta que a adoção do projeto permitirá evitar a repetição do que ocorreu com os celulares pré-pagos usados por criminosos.

O cadastro dos usuários de *e-mails*, na opinião do senador, será um instrumento para impedir o anonimato dos criminosos. A proposta prevê a garantia do sigilo das correspondências, de acordo com a Constituição. Mas no caso do uso de *e-mail* para fins criminosos, a Justiça poderá autorizar

o uso dos dados do cadastro para a investigação.

A comissão também acolheu emendas do relator, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), para diminuir de dez para cinco anos o prazo para a obrigatoriedade de manutenção das informações pelas prestadoras do serviço de *e-mail*.

Outra emenda do relator aprovada determina que os cybercafés ou qualquer outro tipo de prestador de serviço de *e-mail* serão obrigados a identificar seus usuários e manter o cadastro de acordo com essa lei.



Relator da proposta, Eduardo Azeredo achou melhor reduzir exigência de dez para cinco anos para manutenção dos arquivos

## CONSELHO DE COMUNICAÇÃO

## Professor diz que TV comercial produz "dejetos"

Em audiência pública do Conselho de Comunicação Social, na semana passada, para debater as diferenças entre as TVs comercial e educativa, o psicólogo e pedagogo Samuel Pfromm Netto, professor aposentado da Universidade de São Paulo (USP), criticou o que chamou de "programação de baixíssima qualidade" das TVs comerciais, o

que, em sua visão, contribui para deformar culturalmente crianças e adultos.

– O bordel e o botequim, seus bêbados, suas xingações e palavões estão entrando, e as crianças vendo e ouvindo, com personalidade plasmada pelos dejetos, pelo lixo televisual – destacou.

Para ele, a necessidade de ser

excitante, carregada e barulhenta – "um verdadeiro soco na cara a cada dois minutos, para que o telespectador não durma" – é uma receita de como jamais se deve fazer TV educativa. Esta deve ser, em sua opinião, essencialmente destinada à educação, tornando-se meio fundamental de aprendizagem para todos os brasileiros. Ao contrário, como

lembrou, as TVs comerciais são máquinas de vender publicidade, com entretenimento, sensacionalismo, violência e "nacos fugidios de cultura de qualidade entre as propagandas exibidas".

Pfromm lamentou que as emissoras educativas estaduais estejam hoje destoando de seu objetivo original, dirigidas "por burocratas e apaniguados políticos sem um mínimo de sintonia com as responsabilidades e deveres que deveriam fazer parte do dia-a-dia dessas emissoras". O professor da USP atribuiu tais problemas à própria atuação das TVs educativas, em sua opinião, acomodadas, indiferentes ao universo de entidades com as quais deveria ter relações, e sem procurarem soluções para a precariedade de recursos de programas educativos da TV Cultura/Fundação Padre Anchieta de São Paulo (1972-1975). Pfromm destacou ainda a necessidade de se aumentar o número de emissoras educativas – gratuitas e abertas – e não apenas o das televisões a cabo.

niente da venda de televisores. Ele sugeriu que o Brasil adote medidas criativas como essa.

O ataque à programação da TV comercial foi rebatido pelo conselheiro Gilberto Leifert, representante das empresas de TV, para quem autores, diretores, artistas e profissionais que fazem uma das melhores TVs do mundo não podem aceitar a acusação de que "produzem dejetos".

– Dizer que a TV aberta produz dejetos é desrespeito e generalização – afirmou.

Pfromm se desculpou pela exaltação.

– Estou defendendo a honra da minha filha, que se chama TV educativa. É natural que me exalte como quando um bom pai se exalta defendendo a honradez da sua filha. É nessa defesa que me exalto, às vezes, no tom – disse.

O professor se referia ao fato de ter presidido a Funtevê do MEC – hoje Fundação Roquette Pinto – em 1983-1984 e de ter sido o responsável pelo setor de programas educativos da TV Cultura/Fundação Padre Anchieta de São Paulo (1972-1975). Pfromm destacou ainda a necessidade de se aumentar o número de emissoras educativas – gratuitas e abertas – e não apenas o das televisões a cabo.



Conselheiros João Monteiro de Barros e Arnaldo Niskier, com o professor Pfromm (D): críticas à TV comercial

## Heráclito pede suspensão de campanha da Petrobras

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) anunciou ter solicitado ao Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária a suspensão da campanha publicitária da Petrobras sobre auto-suficiência em produção de petróleo.

Segundo o senador, a campanha custará R\$ 120 milhões, mas, de acordo com informações veiculadas na imprensa, a balança comercial de petróleo e derivados apresentou em maio déficit de US\$ 603 milhões.

– Isso significa que, até o fim do ano, mantida essa tendência, chegaremos a um déficit de US\$ 3 bilhões.

Na opinião de Heráclito, para se chegar à auto-suficiência seria preciso que esse fluxo fosse equilibrado ou superavitário.

– Mas continuamos sujeitos aos riscos do mercado internacional. Isso só não ocorreria se não precisássemos mais importar. Portanto, a propaganda é enganosa e deve ser suspensa – concluiu.

## Tonet considera críticas pouco construtivas

As críticas do psicólogo e pedagogo Samuel Pfromm Netto à programação "de baixíssima qualidade" da televisão comercial foi contestada por representantes da mídia que integram o Conselho de Comunicação Social – que atua como órgão consultivo do Poder Legislativo.

Além do representante das empresas de TV, Gilberto Leifert, o representante das empresas de imprensa escrita, Paulo Tonet Camargo, também reagiu à análise do pedagogo.

– Minhas impressões sobre o que ele falou não foram boas – declarou Paulo Tonet, que

também é diretor-geral em Brasília do grupo Rede Brasil Sul (RBS).

Paulo Tonet considerou ainda que a discussão sobre as televisões educativas não foi feita "com a devida profundidade". Samuel Pfromm fez sua crítica às televisões comerciais ao compará-las com as educativas.

Segundo Paulo Tonet, "não existe um projeto de televisão educativa no país", o que existe é uma plataforma de quase 900 emissoras de televisão

educativa, que estariam "muito mal distribuídas e muito mal utilizadas".

– Esse número é impressionante. Mas há um projeto educacional por trás disso? – questionou.

Paulo Tonet, no entanto, reconheceu que "há televisões educativas que funcionam, como a TV Cultura de São Paulo", e ressaltou a importância de o Conselho de Comunicação Social do Congresso aprofundar os debates sobre o tema.

**"Não existe um projeto de televisão educativa para o Brasil"**

## COMISSÕES

# Aprovado parlamento para o Mercosul

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul aprovou o protocolo constitutivo do Parlamento do Mercosul. A criação do órgão legislativo ainda deve ser aprovada pelo Plenário do Senado e da Câmara para, até o fim do ano, substituir a Comissão Parlamentar Conjunta como órgão integrante da estrutura institucional do Mercado Comum do Sul.

O relator da proposta, deputado Dr. Rosinha (PT-PR), destacou que o órgão “não disporá de função legislativa, não se sobrepondo aos congressos dos Estados partes”. Sua atribuição será recomendar a adoção de normas que favoreçam a integração do bloco. O presidente do colegiado, senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), comemorou a decisão.

– A constituição do Parlamento do Mercosul é uma afirmação objetiva e madura da vitalidade do bloco que, acima das crises conjunturais, cumpre com sua



Presidente da comissão conjunta do Mercosul, Sérgio Zambiasi salientou que decisão demonstra a maturidade do bloco

irreversível e histórica missão de integrar os países da região.

Na mesma reunião foram aprovados um ajuste complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre os governos do Brasil e da Argentina na área de tecnologia militar, fechado na cidade de Puerto

Iguazu, em novembro de 2005, e o requerimento que aprova a participação da comissão no Congresso de Direito no Mercosul nos dias 7 e 8 de setembro, no Uruguai. Serão temas do encontro a ONU, a OIT, o Mercado Comum do Cone Sul e o Processo Judicial no Mercosul.

## Saturnino defende política externa de Lula e critica FHC

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) defendeu em discurso a política externa adotada pelo governo do presidente Lula e criticou o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que, em entrevista ao jornal uruguaio *El País*, no dia 4, afirmou que o Mercosul estaria agonizando.

Saturnino comentou que, ao contrário do que declarou o ex-presidente, a entrada da Venezuela no Mercosul traz novo fôlego ao bloco regional, e significa mais um passo na direção da integração sul-americana, em especial entre os países do Cone Sul.

– O ex-presidente disse que os países do Mercosul estão assinando contratos com outros países, o que não é verdade. O Mercosul se reforçou com o ingresso da Venezuela, país de economia relativamente grande em comparação a outros países da América do Sul – destacou o senador.

Roberto Saturnino enfatizou que a economia venezuelana cresceu 300% nos últimos anos e poderá colaborar, juntamente com Brasil e Argentina, para melhorar a situação das economias

mais fracas, como as do Uruguai e do Paraguai.

O parlamentar reforçou a tese de que há “interesses difusos” sendo contrariados pelo avanço da integração sul-americana. Ele lembrou particularmente os interesses comerciais dos Estados Unidos, que seriam diretamente afetados por uma maior união entre os países da América do Sul.

Saturnino também discordou da afirmação do ex-presidente Fernando Henrique de que o Brasil estaria perdendo sua posição de liderança na América do Sul.



Saturnino reitera hipótese de que interesses contrariados conspirariam contra Mercosul

## Brasil e Bolívia negociam contratos, afirma o governo

O episódio de Viena está superado: Brasil e Bolívia agora estão caminhando em direção à negociação dos seus contratos. A afirmação foi feita pelo chefe da Assessoria Especial da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Garcia se referia às declarações feitas em 11 de maio, na Áustria, pelo presidente da Bolívia, Evo Morales, de que não caberia indenização à Petrobras pela nacionalização das reservas de hidrocarboneto daquele país, já que, segundo Morales, a empresa atuava de forma ilegal em seu país, sonegando impostos e praticando contrabando.

De acordo com Marco Aurélio Garcia, os governos brasileiro e boliviano acertaram também que todas as decisões sobre os rumos dos acordos comerciais entre os dois países serão tomadas numa mesa de negociações e não mais publicamente, como vinha fazendo o presidente Evo Morales.

– As negociações ainda não foram concluídas, mas nós teremos possibilidades muito melhores se elas forem tomadas numa mesa e não por meio da imprensa, criando uma guerra verbal. Não queremos que nossos acordos sejam rompidos. Por isso, as conversas têm que ser muito francas e abertas, mas realizadas a portas fechadas – declarou o assessor da Presidência.

Quanto à situação dos brasileiros que moram na fronteira do Brasil com a Bolívia, Garcia afirmou que aqueles que esti-

verem com a situação regularizada junto àquele país, produzindo em terras próprias, não terão problemas. Já os que estiverem em situação irregular na Bolívia serão, sim, atingidos pela reforma agrária anunciada por Evo Morales.

– O Brasil prestará assistência consular aos brasileiros da região fronteiriça. O recado que foi dado ao governo boliviano é de que temos de negociar todas as questões, pois não queremos ser surpreendidos por reações abruptas e prejudiciais – declarou.

### Meta maior é a integração continental

Marco Aurélio Garcia disse ainda acreditar não ser preciso o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fazer o papel de mediador entre o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, e o recém-eleito presidente do Peru, Alan García, que teriam trocado insultos durante a campanha deste último. Ele lembrou que o próprio Alan García já afirmou, em entrevista coletiva após a divulgação de sua vitória, que esse assunto estava superado. Para o assessor da Presidência, o momento é de união em torno do projeto de formação da comunidade sul-americana das nações.

– São situações desagradáveis, mas foi apenas derramamento de saliva e não de sangue, como ocorre em muitos outros países. Vamos jogar a favor de que esses problemas sejam resolvidos, porque o objetivo, agora, tem



Marco Aurélio Garcia: decisões serão tomadas na mesa de negociações

de ser o de construir um projeto de integração da comunidade sul-americana – destacou Marco Aurélio Garcia, que confirmou a presença do presidente Lula na despedida do atual presidente do Peru, Alejandro Toledo, no dia 27 de julho, e também na posse de Alan García, no dia seguinte.

Marco Aurélio Garcia foi convidado a participar de audiência pública para falar sobre a crise entre Brasil e Bolívia. A reunião foi cancelada e ele apenas conversou com os jornalistas.

## Subcomissão avaliará as Forças Armadas

Os esforços para a modernização do Exército, da Marinha e da Aeronáutica passarão a ser regularmente acompanhados pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Com esse objetivo, foi criada a Subcomissão Permanente para Modernização e Reparelhamento das Forças Armadas Brasileiras, que terá como presidente o senador Romeu Tuma (PFL-SP) e como vice Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Ambos foram eleitos por unanimidade em rápida reunião presidida pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Para relator da subcomissão, foi indicado o senador Jefferson Péres (PDT-AM). Além deles, compõem a subcomissão os senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Pedro Simon (PMDB-RS) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

Tuma anunciou que a subcomissão analisará as dificuldades por que passam atualmente as Forças Armadas.

– Nós temos de acompanhar de perto a situação da área militar. As Forças Armadas foram

relegadas a segundo plano. Hoje a família militar brasileira trabalha por vocação e por patriotismo – observou Tuma, que aproveitou para elogiar o astronauta brasileiro Marcos Pontes, recentemente transferido para a reserva.

O presidente da CRE, Roberto Saturnino (PT-RJ), disse ter sentido junto aos militares uma grande expectativa em relação à nova subcomissão. Ele observou que as Forças Armadas passam por um momento “bastante difícil” e defendeu a realização de um trabalho de “recomposição de seu orçamento”.

Vários projetos de interesse dos militares estão parados há mais de uma década, lembrou o presidente da subcomissão. Por isso, ele anunciou reuniões temáticas para discutir necessidades específicas de cada comando e possíveis soluções. Uma das primeiras questões a serem analisadas, previu, será a da necessidade de se garantir melhores condições para a mobilização de tropas.

## Três diplomatas têm indicações aprovadas

Um acordo de cooperação na área espacial está pronto para ser firmado entre Brasil e Israel, segundo adiantou o embaixador designado para aquele país, Pedro Motta Pinto Coelho, cuja indicação obteve aprovação unânime da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Além desse setor, ele anunciou que pretende estimular o intercâmbio bilateral em áreas como agricultura e saúde.

– A pauta do relacionamento com Israel cresceu e mostra o potencial da relação com esse país – disse Pinto Coelho, cuja indicação teve parecer favorável do relator *ad hoc* Heráclito Fortes (PFL-PI).

De acordo com o embaixador, a aproximação

com Israel intensificou-se depois da posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, há três anos.

Esse bom relacionamento, observou, interessa também aos próprios palestinos. O embaixador informou ainda que o Brasil pretende ter “participação ativa” no processo de busca de paz no Oriente Médio.

Duas outras indicações presidenciais receberam parecer favorável da comissão.

Na primeira, Haroldo Teixeira Valladão Filho é designado primeiro embaixador residente do Brasil na Croácia.

Na segunda, Marília Sardenberg Zelter Gonçalves deverá ser embaixadora do Brasil junto à Tunísia.



## COMISSÕES

# Avança proposta para o saneamento

A Comissão Mista de Saneamento recebeu, na última quarta-feira, sugestões de emendas à proposta de consolidação de dois projetos sobre saneamento básico apresentada pelo relator, deputado Júlio Lopes (PP-RJ). A minuta do projeto do relator, contendo 45 artigos, funde o projeto de lei do Senado (PLS 155/05) apresentado pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES) e o Projeto de Lei 5.296/05, proposto pelo Poder Executivo. A intenção é criar as condições para a retomada dos investimentos em saneamento básico no país.

A proposta de consolidação tem como base o texto de Camata, com inserções de alguns pontos dos substitutivos apresentados por Júlio Lopes em seu trabalho como relator na comissão especial da Câmara encarregada de analisar a proposta do Executivo. Nesses substitutivos foram feitas tentativas de compatibilizar as demandas de estados, municípios e de setores organizados da sociedade civil.

O presidente da comissão, senador César Borges (PFL-BA), enumerando as diversas audiências públicas já realizadas no Congresso para tratar de ambos os projetos, deixou aberta a possibilidade de ainda ouvir setores interessados. No entanto, ele considerou oportuno partir diretamente para a sistematização das propostas



São necessários R\$ 160 bilhões para que o serviço de saneamento chegue a todo o país, diz César Borges, presidente da comissão mista

já encaminhadas, em virtude do pequeno prazo para conclusão dos trabalhos da comissão.

## Setor requer R\$ 8 bilhões ao ano, durante 20 anos

De acordo com César Borges, são necessários recursos da ordem de R\$ 160 bilhões para que o serviço de saneamento seja oferecido em

todo o Brasil. Nos próximos 20 anos, o país teria de investir R\$ 8 bilhões por ano para alcançar o patamar desejável.

Júlio Lopes disse ter tido dificuldades para se encontrar com o ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, a fim de discutir sua proposta de consolidação. O deputado afirmou ter estranhado

o fato de o ministro ter recebido algumas associações ligadas ao setor de saneamento e deputados, sem dar prioridade a seu pedido de audiência.

Segundo o relator, as entidades que atuam no setor de saneamento manifestaram, durante reunião com o ministro, seu apoio aos trabalhos da comissão, apresentando

documento em favor da proposta de Júlio Lopes.

De acordo com César Borges, a manifestação dos empresários de saneamento é importante para evitar que o governo queira impor seu projeto ao Congresso.

A Comissão Mista de Saneamento deve se reunir novamente nesta quarta-feira, às 15h.

## Diretor do Dnit defende sistemas integrados de transporte

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou parecer favorável à mensagem da Presidência da República que indicou o nome de José Henrique Coelho Sadok de Sá para exercer o cargo de diretor-executivo do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit). A indicação ainda será analisada pelo Plenário.

Na exposição que fez antes de ser sabatinado pela comissão, Sadok de Sá, cuja carreira profissional foi dedicada inteiramente aos transportes, fez um histórico do desenvolvimento do setor no país. Lembrou que houve um crescimento maior da malha rodoviária, o que gerou desproporções relativamente

aos transportes ferroviário e aquaviário.

Formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com especialização em Transportes e em Higiene e Segurança do Trabalho pela mesma instituição, Sadok de Sá destacou ainda que um dos grandes desafios do Dnit é integrar os três sistemas, com planejamento e investimentos.

– É o reequilíbrio da matriz de transportes, através de planejamento adequado, com investimentos em corredores de transportes, buscando sempre a redução de custos, de forma a desmistificar o que chamamos de custo Brasil, que diz respeito ao aumento do custo das mer-

cadorias entre o pólo gerador da carga e o seu destino em função do valor excessivo do custo do transporte – afirmou Sadok de Sá. Atualmente o engenheiro é chefe de gabinete do diretor-geral do Dnit, Mauro Barbosa, cargo que ocupa desde dezembro de 2002.

Para o relator da matéria, senador João Ribeiro (PL-TO), não há nenhuma dúvida quanto à competência de Sadok de Sá para exercer o cargo, uma vez que ele tem vasta experiência na área de transportes.

– Ele está apenas fazendo um upgrade de chefe de gabinete para diretor-executivo, cargo que sei que vai exercer com competência – ressaltou João Ribeiro.

## Heráclito quer indicações sem o crivo do Senado

As próximas indicações para a diretoria do Dnit poderão passar a ser feitas diretamente pelo Poder Executivo, sem o crivo do Senado. Foi o que sugeriu o presidente da CI, senador Heráclito Fortes (PFL-PI), lembrando que há um artigo na legislação que criou o Dnit condicionando essa nomeação à aprovação do Senado, mas que ele não considera isso necessário uma vez que os diretores do órgão são técnicos da área, muitos até funcionários de carreira da instituição.

– Em nome da desburocratização, faço um apelo ao líder do governo na Câmara, deputado Arlindo Chinaglia, para que envie projeto para retirar esse artigo da legislação – apelou Heráclito.

O senador José Jorge (PFL-PE) afirmou que, no caso das agências reguladoras, as indicações devem passar pelo Senado, mas com relação a órgãos como o Dnit, subordinados diretamente ao Poder

Executivo, essa aprovação é dispensável. Ele recordou que já havia apresentado projeto para retirar o artigo da legislação do Dnit, mas a proposta foi rejeitada por vício de constitucionalidade, pois somente o governo tem competência para propor projetos nessa área.

Para o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), a malha de transportes do Brasil está em “estado calamitoso”. Já o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) lamentou que o governo federal esteja

investindo no setor “muito aquém do que deveria”. Heráclito salientou que essa questão tem de ser resolvida com urgência, inclusive com a real recuperação das estradas, para facilitar o escoamento da produção. Segundo Ney Suassuna (PMDB-PB), no entanto, enquanto não houver orçamento impositivo, o Brasil ficará “a mercê da falta de recursos”.



Presidente da comissão, Heráclito observa que os nomeados para o Dnit são técnicos da área



Indicação de José Henrique Sadok de Sá para direção do Dnit passa na CI e vai a Plenário

**TRIBUTAÇÃO** Proposta atende pleito de estados e municípios que não conseguiram apresentar certidão negativa a tempo

# Novo prazo para estado quitar dívidas

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou projeto de lei que estende até o dia 1º de janeiro de 2007 o prazo para que todos os estados, municípios, seus órgãos e empresas regularizem suas contas, quitando dívidas porventura existentes.

A proposta (PRS 35/06), da senadora Iris de Araújo (PMDB-GO), será apreciada em regime de urgência pelo Plenário, conforme pedido do relator, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), que também preside a CAE.

O prazo inicial para a apresentação de certidão negativa pelas unidades da Federação venceu no último dia 31, conforme estabelecida Resolução 43/01 aprovada pelo Senado há cinco anos. Porém, o governo ainda trabalha na elaboração de um sistema de consulta de todos os inscritos

no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), como forma de se adequar às exigências da legislação. Todos os órgãos públicos, como secretarias, prefeituras, autarquias e empresas estatais, dispõem de seu próprio CNPJ.

De acordo com Iris de Araújo, a ocorrência de dificuldades operacionais impediu a adaptação às exigências da resolução, embora desde o último dia 31 os órgãos governamentais só possam tomar empréstimos ou receber repasses financeiros se apresentarem certidão negativa de débito, inclusive as prefeituras e governos estaduais.

– A inexistência de uma base de dados contendo todos os números de CNPJ dos órgãos e entidades pertencentes a um mesmo ente forçou a adoção de um controle limitado, no qual se verificava apenas a situação

do CNPJ do órgão ou entidade pleiteante – explica a senadora ao justificar a ampliação do prazo.

Segundo Iris de Araújo, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) concluiu, no final de 2005, mais uma etapa da implantação do Cadastro Único de Convênio (Cauc).

A iniciativa, conforme ela, permitirá identificar todos os números de CNPJ de um mesmo ente federativo, o que viabilizará a implantação integral do controle proposto pela resolução aprovada pelo Senado há cinco anos.

Iris de Araújo também destaca que o acordo operacional firmado entre a STN e o Banco Central tornará possível a checagem de todos os números de CNPJ vinculados a um mesmo ente que estejam inscritos no Cadastro da Dívida Pública (Cadip).

## Secretários estaduais querem reforma fiscal

O secretário de Fazenda de Mato Grosso, Waldir Júlio Teis, defendeu, semana passada, a implantação de uma ampla reforma tributária que assegure o desenvolvimento regional, durante audiência pública na CAE. O debate sobre incentivos fiscais foi realizado graças a requerimento dos senadores pelo Pará Flexa Ribeiro (PSDB), Ana Júlia Carepa (PT) e Luiz Otávio (PMDB).

– A reforma tributária precisa incluir todos os tributos. A guerra fiscal provoca desequilíbrio na competitividade entre as economias estaduais. Sem uma ampla reforma, o descompasso regional se avoluma. É preciso adotar alíquotas estaduais diferenciadas. A isonomia no tratamento tributário não tem lógica. Ou assumimos o Brasil com suas diferenças ou dividimos o país – afirmou o secretário estadual.

Waldir Teis citou como exemplo a distribuição dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) entre os estados brasileiros.

– São Paulo tem 9% da malha viária do país e recebe 30% da Cide. A região Centro-Oeste tem 32% da malha viária e recebe 9% da Cide – exemplificou Teis.

A elaboração de uma reforma tributária ampla também foi defendida pelo representante do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) André Paiva. Segundo ele, a guerra fiscal entre os estados só será combatida a partir da definição de normas que favoreçam o desenvolvimento das regiões brasileiras.

Já o presidente da Federação Nacional do Fisco Nacional (Fenafisco), Rogério Macanhão, defendeu o fortalecimento do Confaz, sob pena de favorecer a autofagia entre os estados. Para



Luiz Otávio, presidente da CAE, sugeriu debate

ele, é preciso combater a concessão indiscriminada de benefícios fiscais que não levam em conta as potencialidades e vocações das cinco regiões do país.

Para o secretário de Fazenda de Ceará, José Maria Martins Mendes, é preciso conciliar os interesses dos estados e das empresas dispostas a investir nas unidades da Federação. Mendes ressaltou ainda que é preciso garantir o repasse de verbas municipais, com a definição de direitos e deveres.

## Setor pecuarista reivindica taxaço menor

Representantes do setor pecuarista, desde os produtores até os frigoríficos, estiveram no Senado para defender medidas de incentivo e de redução da carga tributária. Debatidas com os senadores Leomar Quintanilha (PCdoB-TO), presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA), e Aloizio Mercadante (PT-SP), as propostas visam reduzir as disparidades de tributação nas vendas de carne para o mercado interno e externo.

Ao fim da reunião, que contou ainda com a participação do secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, ficou ajustado que serão feitas simulações para verificar o impacto fiscal de uma proposta alternativa apresentada por Mercadante. Os números serão

analisados em nova reunião, em 15 dias, com o compromisso de Mercadante de defender a solução junto ao governo, caso haja consenso entre todas as partes.

A proposta do senador mantém a isenção das compras de suplementos minerais para uso na pecuária bovina, reivindicação do setor. Essa isenção, conforme Mercadante, envolve montante ao redor de R\$ 150 milhões ao ano. Também seria analisado o impacto da redução do PIS/Cofins sobre as vendas de produtos e subprodutos resultantes do abate de bois comercializados no mercado interno.

Mercadante salientou que levaria as propostas à área econômica como senador, pois não teria mandato do governo para negociar o tema. Admitiu aos

participantes que a eclosão da aftosa no país e a depreciação do câmbio criaram dificuldades para as vendas externas. Com a redução das vendas, a produção estaria sendo reorientada para o mercado interno, provocando queda nos preços.

– A arroba a R\$ 43 realmente não paga o berro da vaca – disse ele, em referência aos preços pagos ao produtor.

Estão entre os signatários das reivindicações a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e a Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo).

Leomar Quintanilha observou que agora é o momento de fazer as “contas finas” para examinar a viabilidade da proposta definida.

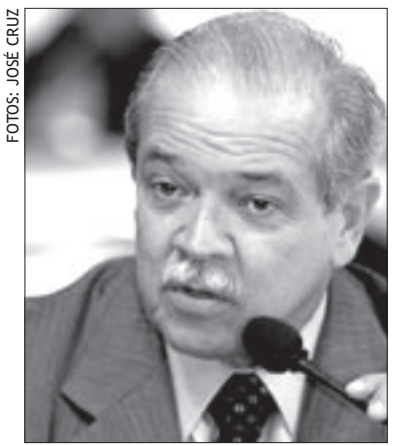
## Senadores pedem política de desenvolvimento

Na audiência da CAE destinada a debater as políticas de desoneração de impostos criadas pelos estados, os senadores aproveitaram para criticar a falta de uma política nacional de desenvolvimento para estimular as regiões mais pobres. A ausência de mecanismos de promoção e integração regional, como avaliaram, foi o que motivou a iniciativa de vários estados de promover políticas de incentivo fiscal para atrair investimentos privados.

– Lamentavelmente, fomos acusados de promover a guerra fiscal, mas apenas fomos compelidos, pela pressão das populações, a adotar mecanismos para promover o desenvolvimento de nossos estados – afirmou o senador e ex-governador da Bahia César Borges (PFL).

O ministro interino da Fazenda, Bernard Appy, lembrou que o país passou as últimas décadas discutindo políticas macroeconômicas para assegurar a estabilidade, mas que agora há cada vez mais espaço para avançar com os investimentos. Salientou, no entanto, que muitas ações do governo produzem efeitos sobre o desenvolvimento regional. Nesse caso, citou o programa Bolsa Família, que aumenta o nível da renda local e o Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica (Fundeb), por garantir aumento dos gastos em educação com efeito distributivo.

Em relação aos projetos de recriação das agências de desenvolvimento Sudene e Su-



César Borges diz que estado busca formas de crescer

dam, Appy garantiu ao senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) que o governo tem interesse na aprovação da matéria. Depois de aprovada pelo Senado, a proposta seguiu para a Câmara, onde avança “lentamente”, como observou Jereissati.

Autora de um dos requerimentos para a realização da audiência, a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) disse que já está plenamente demonstrado que os incentivos, a longo prazo, são predatórios. Segundo ela, a guerra fiscal chegou a um ponto em que as empresas escolhem aonde querem estar, mesmo depois de usar os benefícios bancados por algum dos estados.

Para o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), autor de requerimento que ampliou o foco do debate para todos os estados, com os incentivos o produto interno bruto do Pará triplicou em dez anos e até a arrecadação do ICMS cresceu.

## Confaz oferece ajuda para fim da guerra fiscal

O ministro interino Bernard Appy compareceu à CAE para falar – na condição de presidente em exercício do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e também como representante do titular da pasta



Bernard Appy

da Fazenda, Guido Mantega – sobre a concessão de benefícios a empresas participantes de políticas de incentivos mantidas pelos estados com base na isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Appy observou que o Confaz não dispõe de levantamentos sistemáticos sobre as isenções oferecidas pelas políticas estaduais de incentivo, mas revelou que a estimativa é de que o montante esteja situado entre R\$ 25 bilhões e R\$ 30 bilhões por ano. Segundo ele, a substituição do ICMS pelo Imposto sobre o Valor Agregado (IVA), como previsto na reforma tributária, significa um avanço para um sistema tributário mais racional. Esse tributo, na sua

avaliação, vai facilitar a implementação de um sistema de partilha compensatória da arrecadação, sobretudo a partir da integração dos fiscos federal e dos estados, por ele estimada para acontecer dentro de até cinco anos.

Para o ministro, o debate sobre a reforma tributária representa o contexto apropriado para por fim à guerra fiscal que, na sua avaliação, já teria chegado a um ponto em que os resultados são adversos para todos os estados que oferecem incentivos.

– Os próprios estados estão percebendo que, para o conjunto, o sistema de incentivos virou um jogo de soma negativa e tornou-se disfuncional – afirmou.

Appy admitiu que o Confaz possa trabalhar um consenso caso o novo desenho do sistema tributário – a ser definido em torno de projeto do Executivo que já passou pelo Senado e voltou à Câmara em razão das mudanças introduzidas – deixe a questão ainda em aberto.

## ACESSIBILIDADE Senado amplia esforço para garantir aos deficientes melhores condições de vida e de trabalho



Renan Calheiros, presidente, senadores e funcionários do Senado na abertura de exposição fotográfica sobre deficientes: investir em educação e reduzir as barreiras

# Falta investimento para qualificar deficiente

O sistema legal de cotas oferece atualmente cerca de 518 mil vagas no mercado de trabalho para portadores de deficiência em funções que exijam maior escolaridade (mínimo de oito anos), mas apenas 228 mil pessoas têm qualificação adequada para ocupar esses postos. A distorção foi revelada em palestra dos consultores Andrea Schwarz e Jaques Haber, do Instituto i-Social – Soluções em Inclusão Social, promovida pela Subcomissão de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Para que tal distorção seja corrigida, os palestrantes acreditam que a saída é investir na educação dos deficientes desde a base e, mais adiante, em processos específicos de capacitação. As iniciativas de qualificação poderiam ser tomadas pelas próprias empresas, que receberiam incentivos e um pouco mais de flexibilidade no cumprimento das cotas (Lei 8.231/91) impostas às empresas com mais de cem empregados, em níveis que vão de 2% a 5% do total de contratados.

– O universo dos portadores de deficiência reflete de forma mais agravada os problemas na área de educação no Brasil. Há empre-

sas dispostas a incluir e pessoas desejosas de trabalhar, mas essa vontade esbarra na questão da educação – disse Jaques Haber.

A senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), vice-presidente da subcomissão, propôs que o colegiado promova a consolidação de todos os projetos com medidas para melhorar a situação dos portadores de deficiência. Em seguida, conforme a senadora, seriam feitas articulações para que as propostas tramitassem com urgência. Na mesma linha dos palestrantes, Patrícia afirmou, no entanto, que o avanço da causa dos deficientes depende de mudanças culturais em toda a sociedade.

### SUS tem obrigação de fornecer equipamentos

Augusto Botelho (PDT-RR) salientou a necessidade de cobrança às prefeituras e direção das escolas, por parte das famílias de pessoas com deficiência, para que seja assegurada a oportunidade de educação inclusiva. À observação de um dos participantes da audiência sobre o alto custo de equipamentos para garantir a mobilidade dos deficientes, como muletas e cadeiras de rodas, o senador lembrou que o Sistema Único de Saúde (SUS) tem a obrigação de promover esse

fornecimento.

Um relato das iniciativas de inclusão no Senado foi feito por Romeu Tuma (PFL-SP), entre as quais a inauguração, na semana passada, de elevador especial para pessoas com dificuldade de locomoção, projeto iniciado em sua gestão como 1º secretário da Mesa do Senado.

Para aprimorar o aparato legal de suporte à inclusão, conforme apelo de Eduardo Azeredo (PSDB-MG), presidente da subcomissão, a diretora da Biblioteca do Senado, Simone Vieira, propôs medida destinada a tornar mais flexível o direito autoral referente a publicações digitais. Com isso, observou, as bibliotecas teriam mais condições de enriquecer seus acervos com obras eletrônicas.

## Senado avalia medidas e traça planos para a acessibilidade

Os consultores do Instituto i-Social Andrea Schwarz e Jaques Haber reuniram-se na semana passada com integrantes das comissões de Valorização da Pessoa com Deficiência e de Acessibilidade do Senado, a fim de debater, avaliar as mudanças conquistadas para facilitar o acesso

– físico, tecnológico e de capacitação – do deficiente ao Senado e coletar idéias para também conscientizar funcionários e senadores sobre os problemas enfrentados pelos portadores de deficiência. O objetivo do encontro foi traçar um plano

de ações de curto, médio e longo prazo para a continuidade dos procedimentos.

– A acessibilidade não precisa ser só física, mas também visual e auditiva – explicou Andrea.

Nesse sentido, o Senado já promoveu algumas mudanças ao longo de quase dois anos, desde a instalação da Comissão de Acessibilidade, como a instalação de banheiros e elevadores adaptados, a construção de rampas e a criação do programa *Inclusão*, da TV Senado. Além disso, outras ações estão sendo discutidas, como a criação de uma audioteca, a gravação em áudio da Constituição brasileira, a contratação de intérpretes de Libras para as portarias da Casa e para a tradução das atividades do Plenário e das comissões.

Na avaliação dos integrantes da Comissão de Valorização, falta agora conscientizar o corpo de funcionários para que, com informação e a participação de todos, as propostas tramitem e se concretizem com mais rapidez.

– Sem a sensibilização da empresa, não se muda nada – concordou Andrea.

No Senado, 55 servidores apresentam alguma deficiência; no Brasil, são pelo menos 27 milhões de pessoas, sem contar os familiares. Esse último dado é de uma pesquisa da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) que aponta quantos são os portadores de deficiência no país, onde estão e qual o seu perfil econômico e consumidor.



Jaques Haber e Andrea Schwarz, na CAS: educação dos deficientes

## Violência engrossa lista de portadores de deficiência

A cada mês, ainda de acordo com os dados apresentados, cerca de 8 mil brasileiros engrossam o universo dos que têm algum tipo de deficiência. O grave é que a maior parte dessas pessoas entram nas estatísticas em decorrência da violência urbana. Do total, 46% apresentam deficiência como seqüela de ferimento por arma de fogo e 30% por acidentes de trânsito. Outros 24% apresentam deficiência por causas diversas.

Com base em dados do IBGE, essas e outras informações foram mostradas na audiência pública pelos consultores Andrea Schwarz e Jaques Haber. Eles revelaram que há no Brasil 24,5 milhões de portadores de deficiência, dos quais 9 milhões em idade própria para o trabalho, mas apenas 1 milhão efetivamente ativo (11%). Os números mostram que é baixo o nível de escolaridade entre as pessoas com deficiência: apenas 1,55% têm mais de 12 anos de estudos. Uma faixa de 78,7% limita-se a sete anos de estudos.

## João Alberto pede apoio às Apaes

Ao lembrar que a Campanha da Fraternidade de 2006 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) é voltada para a inclusão dos deficientes, o senador João Alberto Souza (PMDB-MA) alertou para as dificuldades que vêm enfrentando as associações de pais e amigos dos excepcionais (Apaes), entidades filantrópicas que têm como base o serviço de voluntários, mas também empregam profissionais das áreas médica, de enfermagem e de suporte especializado. Segundo o senador, a Federação Nacional das Apaes, que congrega 1,5 mil filiais estaduais, informou que essas entidades estão com remunerações congeladas pela tabela do Sistema Único de Saúde (SUS) há sete anos, o que provoca o êxodo desses profissionais. – A União também não transfere recursos para essa finalidade e o quadro que se prenuncia para as Apaes é lamentável – observou João Alberto Souza.

## Na internet, acesso por meio da linguagem de sinais

Nesta semana, entra em funcionamento na página do Senado na internet, em caráter experimental, uma nova ferramenta denominada Rybenar, que irá possibilitar ao deficiente auditivo o acompanhamento das informações disponíveis por meio da linguagem brasileira de sinais (Libras). Um bonequinho similar ao desenho animado Avatar irá fazer a tradução para a linguagem de sinais, como informou Vítor Aníbal Soares de Azevedo, integrante da Subcomissão Técnica de Internet da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal (Prodasen).

## Mostra fotográfica tem apoio da Febraban

A mostra fotográfica *Imagens da Inclusão* foi inaugurada na quarta-feira, no Salão Nobre do Senado, pelos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Márcio Cipriano, cujo apoio possibilitou a realização da mostra. A abertura foi feita com a exibição de um vídeo em que pessoas famosas e anônimas portadoras de alguma deficiência falam sobre a importância da inclusão. O presidente da Febraban salientou que a entidade procurou transcender os limites do atendimento bancário e treinou e capacitou cerca de mil pessoas para atuar em prol da inclusão social.

## PLENÁRIO

# Cristovam quer ampla reforma universitária

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu na última sexta-feira, em Plenário, o aprimoramento do projeto de reforma universitária anunciado pelo governo. Em sua avaliação, as alterações precisam levar em conta mudanças estruturais no padrão de ensino superior, e não se limitarem apenas ao repasse de mais verbas para o setor.

De acordo com Cristovam, as mudanças estruturais da universidade devem começar pelo aperfeiçoamento do ensino fundamental. Segundo o senador, apenas um terço dos estudantes do ensino básico conclui o ensino médio, sendo que apenas um sexto desses jovens manifesta interesse em cursar a universidade.

– O problema não é só a falta de recursos. Trata-se de uma percepção equivocada mudar a universidade sem mudar o ensino básico. Não se reforma o topo de um edifício sem reformar os seus alicerces. A reforma universitária precisa fazer uma

reforma radical no ensino básico. Se a reforma estiver limitada à universidade será um fracasso – avaliou.

Cristovam afirmou ainda que a responsabilidade pelo ensino básico não pode ficar limitada aos municípios brasileiros. O compromisso com a educação infantil, segundo ele, também precisa ser compartilhado pelos próprios pais e professores.

O senador apontou ainda a passividade e

o acomodamento dos profissionais da educação para discutir alterações de aprimoramento do ensino. Ele conclamou a imprensa e os parlamentares a ampliarem o debate sobre o projeto de reforma universitária.

– A gente poderia ter mais tempo para discutir o projeto, que precisa ser aperfeiçoado por esta Casa. Agora vamos



FOTOS: JANE ARAÚJO

**Para Cristovam, proposta não deve se limitar apenas ao repasse de mais verbas**

concorrer com a Copa e, a partir de julho, com as eleições. Mas espero discutir o assunto no próximo ano, pois o futuro do Brasil passa pela educação. A reforma não vai funcionar se for apenas um jeitinho para garantir mais recursos às universidades – concluiu Cristovam, que, em aparte, recebeu apoio do senador Edison Lobão (PFL-MA).

## Lobão: riqueza em alto-mar corre risco

O senador Edison Lobão (PFL-MA) reclamou do despreparo brasileiro para dar segurança às plataformas de exploração de petróleo em alto-mar, reprovando ainda a falta de conscientização do país sobre o assunto. Ele elogiou artigo sobre o tema publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, intitulado “Auto-suficiência em petróleo e a Marinha”, assinado pelo almirante-de-esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, comandante dessa força.

O artigo diz que 85% da produção brasileira de petróleo é realizada nas águas da chamada Amazônia Azul e que são grandes as perspectivas de serem encontradas novas jazidas ali. O almirante também diz que o Direito do Mar (Convenção da Jamaica) reconhece o direito de qualquer país deslocar força naval para operar nas proximidades das águas marinhas onde se localizam nossas plataformas. Para Lobão, isso é preocupante.

– Ainda não se tomou consciência de que estamos despreparados para dar segurança a essa

nossa riqueza de alto-mar. Não obstante a alta qualificação dos oficiais e demais integrantes da Marinha, cujas realizações em vários dos seus setores usufruem grande prestígio nacional e internacional, essa força não dispõe dos recursos de que necessita para se equipar adequadamente e dar curso à sua relevante missão de defesa das nossas águas jurisdicionais – observou.

### Elogios à iniciativa do TSE de rever decisão sobre a verticalização

Lobão ainda elogiou a iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de rever a decisão que tornava mais rigorosa a aplicação da regra da verticalização nas eleições deste ano. O senador disse que não poderia esperar outra atitude dos ministros do TSE, especialmente do seu presidente, Marco Aurélio Mello.

– Inteligente e correto, o ministro Marco Aurélio tem também a humildade de rever suas posições.

## Aelton comemora investimentos em cidades do Circuito das Águas

O senador Aelton Freitas (PL-MG) registrou a decisão da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemig) de realizar investimentos da ordem de R\$ 5,6 milhões em municípios turísticos do estado que formam o chamado Circuito das Águas. Fazem parte desse destino turístico, entre outros, os municípios de Caxambu, Cambuquira, São Lourenço e Lambari. A região é caracterizada pela presença de fontes de águas com propriedades medicinais.

O senador citou a retomada da exploração comercial das fontes de água mineral pelo próprio estado e observou que os investimentos serão potencializados com ações para recuperar a infraestrutura viária.

## Lúcia Vânia registra festival de cinema ambiental

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ressaltou a realização do 8º Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (Fica), que ocorreu entre os dias 6 e 11 deste mês, na cidade de Goiás (GO).

– O público assiste o que de melhor é produzido em filmes com vocação ambientalista, num momento em que o mundo tanto precisa lembrar das questões ecológicas e ambientais – observou.

A senadora também parabenizou o Senado pela mostra *Imagens da Inclusão*, exposição fotográfica na Chapelaria do Congresso que apresenta deficientes físicos desempenhando atividades profissionais e de lazer.

## Gilvam Borges propõe o fim do exame da OAB para bacharéis

Mesmo reconhecendo que é necessário coragem para tomar tal atitude, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) anunciou, na última sexta-feira, que apresentou projeto de lei a fim de abolir a exigência de aprovação no exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para que bacharéis de Direito possam exercer a profissão de advogado.

Para Gilvam Borges, a categoria é a única no país que, além da exigência de diploma universitário, tem de se submeter a uma segunda avaliação para o exercício da profissão.

– A mim parece inaceitável que uma única prova substitua todas as provas de cinco longos anos de formação acadêmica – opinou o senador.

## Alberto Silva apresenta plano para os sem-terra

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) sugeriu a formação de um grupo de trabalho para levar ao presidente da República a idéia de ocupar os trabalhadores sem-terra com um projeto realmente capaz de lhes garantir renda. A idéia, segundo explicou, consiste em o governo distribuir quatro hectares para cada uma das 150 mil famílias que deverão ser assentadas este ano, orientando-as no cultivo consorciado de arroz e feijão.

– Vamos formar esse grupo de trabalho para que, em vez de os sem-terra estarem por aí invadindo as coisas, quebrando, terem a vida ordenada. Vamos ordenar a vida deles e empregá-los como brasileiros sérios e honestos que são, que querem trabalhar e que só precisam de alguém para organizar sua vida. Para que sejam cidadãos, com conta no banco, com os filhos

na escola e com esperança neste grande país – argumentou o senador.

De acordo com Alberto Silva, é possível ao governo dar a cada uma dessas 150 mil famílias quatro hectares de terra, visto que experiência semelhante, com a orientação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), já foi bem-sucedida no Piauí.

O plano do senador prevê que o governo compre 600 mil hectares de terra, a R\$ 500 cada um, para distribuir a essas 150 mil famílias. Em seguida à compra, o governo deveria desmatar um hectare da terra e ará-la, adubá-la, tratá-la e plantá-la. Três hectares ficariam reservados. Tendo o governo gasto R\$ 300 milhões pelo total da terra, deveria gastar também mais R\$ 300 milhões pelo desmatamento e preparação dessa área.

## Tião Viana pede atenção a servidores do Incra

O senador Tião Viana (PT-AC) solidarizou-se na última sexta-feira, em Plenário, com a reivindicação dos funcionários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para a incorporação de gratificações aos salários e para a efetivação do plano de cargos e carreira da categoria, já aprovado no governo Lula. O parlamentar destacou a responsabilidade desses funcionários com a execução da reforma agrária no Brasil.

Viana ressaltou que os salários de funcionários concursados com ensino superior gira em torno de R\$ 500 no órgão, podendo chegar a R\$ 2 mil com as gratificações. Ele advertiu que os servidores têm posição estratégica em relação à execução da reforma agrária – em 2005, organizaram o assentamento de 127 mil famílias – e estão insatisfeitos.

Muitas vezes, de acordo com o senador, os servidores abandonam a carreira, prestando concurso para outras áreas e “deixando enfraquecido o setor”.



**Tião Viana: categoria tem a responsabilidade de executar reforma agrária no país**

Tião Viana pediu que a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, reflita sobre a possibilidade de atender às reivindicações, que, a seu ver, são justas.

O parlamentar também criticou a ação dos integrantes do Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST), que invadiram a Câmara dos Deputados e causaram estragos.

Em aparte, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) também condenou a ação e garantiu que haverá investigação e responsabilização ampla.

## Sibá resalta pesquisa sobre benefícios do Bolsa Família

Ao citar pesquisa encomendada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a duas instituições universitárias, o senador Sibá Machado (PT-AC) afirmou que o Bolsa Família – programa de transferência de renda do governo federal – vem melhorando a qualidade da alimentação das crianças atendidas.

Um dos reflexos disso, de acordo com o senador, é que o consumo de leite entre os beneficiados pelo programa está presente em 70% das famílias com crianças.

– É um índice superior ao registrado nas residências onde não há crianças, nas quais o consumo de leite atinge, no máximo, 48% das famílias atendidas pelo Bolsa Família – destacou.

Outro dado da pesquisa destacado por Sibá: nas moradias com crianças, aumentou o consumo de frutas e biscoitos desde que as respectivas famílias passaram a receber os recursos do programa. Ainda de acordo com o levantamento, 94,2% das crianças beneficiadas fazem três ou mais refeições por dia.

## Voz do Leitor

## TV SENADO

“Sugiro a criação de um projeto de lei que vise instalar um canal aberto da TV Senado na cidade de Imperatriz (MA), pois o povo dessa cidade precisa ver com transparência todo o trabalho político do país.”

**Ailton Sobrinho Menezes, de Imperatriz (MA)**

## CPI

“O nosso país tem que tomar medidas para encerrar a CPI dos Bingos. Nossos governantes devem olhar mais para a nação brasileira e ajudar o povo em suas necessidades.”

**José Aparecido Alves, de Tanque Novo (BA)**

## FOME

“É... O Lula disse que já passou fome, e o presidente faz questão de espelhar esta cruel realidade de um povo que é rico de pobreza!!!”

**Jairo Dias, de Belém do Piauí (PI)**

## PEDOFILIA

“O Estado não tem mais ligação com a Igreja, então ele deve agir com o rigor necessário para punir os padres pedófilos.”

**Isaac Santos de Oliveira, de Abel Figueiredo (PA)**

## PARLAMENTARISMO

“Proponho que o sistema político parlamentarista seja implantado no Brasil.”

**Rildo Alves de Oliveira, de Desterro (PB)**

*Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).*

## SALÁRIO MÍNIMO

“Os senadores e deputados estão sempre dizendo que o Brasil não tem recursos para aumentar o salário mínimo – que é um dos mais baixos do mundo –, mas sempre conseguem recursos para aumentar o salário deles.”

**Elieú Feitosa da Silva, de Ceilândia (DF)**

## PETRÓLEO E MISÉRIA

“Os parlamentares deveriam ver com mais atenção a cidade de São Francisco do Conde (BA). Somos ricos em petróleo, porém o povo vive em situação de miséria, devido às sucessivas administrações cercadas de corrupção, conflito, impunidade e escândalo.”

**Marivaldo Serra Filho, de São Francisco do Conde (BA)**

## INCRA

“Senador José Sarney, solicito que o senhor intervenha junto aos órgãos competentes para que haja uma fiscalização no Incra. Acredito que a greve no órgão em Macapá seja ilegal. Ressalto que a greve já dura 40 dias.”

**Lourival Souza Farias, de Macapá (AP)**

## BRASIL

“O Brasil é semelhante a um paciente com falência múltipla dos seus órgãos. A Justiça é lenta, a saúde pública é um caos e os índices de corrupção são alarmantes. Será que algum dia tudo isso terá uma basta?”

**Daniel Henrique Miguel, de Poços de Caldas (MG)**

## Pergunte ao Senador

## BENFEITORIAS

**José Wilson Nunes dos Santos, de Propriá (SE)**

“Senador Antônio Carlos Valadares, gostaria de saber o que o senhor tem feito por Sergipe, mais especificamente por Propriá, que tanto lhe apoiou. Nossa cidade precisa de vários serviços e esperamos ações dos governantes que elegemos. Sou filiado ao PSB e mesmo assim não tenho conhecimento algum de suas ações no Senado.”

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) responde:

Meu amigo José Wilson, meu trabalho não se resume a discursos ou participação nas comissões do Senado. Tenho trabalhado com instituições do governo federal com sede em Aracaju e em todo o estado, como a Codevasf. Eu posso dar o testemunho de uma grande obra, que é o dique de contenção Copintiba/Pindoba, que fica em Propriá. A construção desse dique é imprescindível, porque as águas do São Francisco já estavam na iminência de invadir povoados e mesmo destruir cidades do interior de Sergipe. Com a obra, que já está em estágio avançado, com 1.500 quilômetros, o problema estará resolvido. Outro assunto da maior importância e que já foi resolvido é o da Usina de Beneficiamento de Peixes, que já foi entregue a uma empresa segundo licitação feita pela Codevasf, que também teve a minha participação. Por meio dessa empresa, pelo menos 5 mil quilos de peixes poderão ser beneficiados por dia. Com isso, vamos garantir emprego e renda, e ainda entregar filés de tilápia limpos ao piscicultor. Temos ainda nos preocupado em proteger o rio São Francisco. Uma proposta de minha autoria já foi aprovada pelo Senado e está para ser votada na Câmara. Ela prevê a destinação de um mínimo de R\$ 250 milhões anuais, durante 20 anos, para projetos de revitalização e de desenvolvimento sustentável do São Francisco. Os projetos também irão beneficiar o município de Propriá.



## APOSENTADORIA ESPECIAL

**Francisco Alves Pereira, de Campina Grande (PB)**

“Senador Paulo Paim, o senhor explicou, no programa *Fala Cidadão*, que para um empregado conseguir a aposentadoria especial é necessário um laudo técnico da empresa. No entanto, como um empregado pode solicitar esse laudo a uma empresa que já faliu?”

O senador Paulo Paim (PT-RS) responde:

Caro Francisco, se a empresa faliu mesmo – algumas apenas somem do mercado, mas não têm falência decretada –, a falência deve ter sido ordenada pela Justiça estadual na cidade em que a empresa tinha sua sede administrativa. Nesse caso, o juiz nomeia um síndico para administrar a massa falida. O que você precisa fazer é ir até a Justiça, verificar em que cartório tramitou o processo de falência e pegar nome e telefone do síndico, que poderá lhe informar se a empresa tinha laudos técnicos de insalubridade ou não. Se ela pagava o adicional, é possível que haja laudos que comprovem isso. Mas, se a empresa apenas saiu do mercado, você terá de ir até o INSS da cidade que sediava a empresa e verificar se há algum laudo técnico referente à empresa. Se nada disso der certo, o ideal é procurar um advogado trabalhista. Algumas vezes não existem laudos técnicos e a aposentadoria especial só pode ser conseguida via judicial.



## Frases

“Aqui no Senado não entra. Sempre defendi toda manifestação democrática, mas isso não é uma manifestação. Isso é uma arruaça e tem de ser tratada como arruaça”

**Renan Calheiros**, sobre o quebra-quebra na Câmara dos Deputados feito pelo Movimento de Libertação dos Sem-Terra.

“Trata-se da mais grave agressão ao Legislativo em tempos democráticos”

**José Jorge**, também reagindo à invasão da Câmara promovida pelo MLST.

“Rechaçamos qualquer afronta de segmento social que se coloque acima da legalidade. Mas não é motivo para ficar com saudades de momentos que queremos varrer de vez da nossa história ou alertar para que militares reajam ou venham assumir o poder porque há um descontrole”

**Ideli Salvatti**, anunciando que o PT afastou o dirigente Bruno Maranhão, acusado de liderar a invasão da Câmara.

“Foi uma surpresa porque mudou tudo no meio do campeonato”

**Tasso Jereissati**, lamentando decisão tomada pelo TSE, que interpretou com rigor a verticalização; no dia seguinte, a decisão foi reformada.

“Todos deviam se colocar no lugar desses ministros. Eles calçaram as sandálias da humildade”

**Ramez Tebet**, elogiando a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de rever a decisão que exigia as mesmas ligações nas alianças regionais e no plano nacional.

“Tirar o PMDB das eleições é o mesmo que tirar o Brasil da Copa do Mundo”

**Mão Santa**, ao afirmar que seu partido não deve abrir mão de lançar candidatura própria para a Presidência da República.

“Meu medo é o de que Lula queira destituir Parreira e assumir a seleção para levantar a taça do mundo”

**Heráclito Fortes**, criticando as perguntas, em entrevista por videoconferência, do presidente Lula aos jogadores da Seleção Brasileira e ao técnico Carlos Alberto Parreira.

## Foto da Semana

Tropa de choque protege o Congresso. A polícia foi chamada depois que militantes do Movimento de Libertação dos Sem-Terra invadiram a Câmara na quarta-feira. Armados de paus e blocos de cimento, os manifestantes destruíram até um carro que estava no saguão da Casa e seria sorteado entre os funcionários. O episódio acabou com dezenas de feridos



GERALDO MAGELA

# Especial mostra Brasil na Antártica

A TV Senado exibe a partir desta semana o especial *Brasil Antártica*, reportagem que mostra o trabalho desenvolvido por brasileiros no Pólo Sul. O programa, produzido em conjunto com a TV Câmara, é resultado de uma viagem de 12 dias. Com 30 minutos de duração, mostra a formação do continente gelado, sua importância econômica e ambiental, o tratado internacional que o protege, as pesquisas desenvolvidas e a infra-estrutura mantida pelo país na região.

O *Brasil Antártica* vai ao ar nesta quinta-feira, às 21h, com

reprises na sexta (22h45), no sábado (16h e 21h30) e no domingo (22h). Durante a semana, o noticiário *Jornal do Senado* apresenta uma série de reportagens com os bastidores da expedição.

## Encerramento da CPI dos Bingos em debate

Depois de quase um ano de investigações, o que muda para os bingos com o encerramento da CPI? Com a apresentação do relatório final, cresce a pressão dos trabalhadores em casas de bingo para que a atividade seja regulamentada. As implicações da CPI para o setor são o tema



O paraense Marco André, destaque do programa *Escala Brasileira*: fusão de ritmos populares com música eletrônica

desta segunda-feira no *Conexão Senado*, a partir das 12h.

Já o programa *Escala Brasileira*, às 20h deste sábado, tem como atração o cantor e compositor paraense Marco André. Aos 25 anos de uma carreira que inclui música em abertura de novela e participações em festivais, André mistura ritmos da região Norte

como boi, carimbó e merengue com bases eletrônicas. Seu CD independente *Amazônia Groove* ganhou prêmios mundo afora, caminho que deve ser seguido pelo disco posterior, *Beat iú*.

Mais informações sobre a programação da Rádio e da TV estão em [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio) e [www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv).

## TV Senado

### SEGUNDA-FEIRA

1h - Cidadania 1  
2h - Especiais  
2h30 - Fala Cidadão  
3h - Idéias  
3h30 - Entrevista 1  
4h - Jornal do Senado  
4h30 - Especiais  
5h - Idéias  
5h30 - Fala Cidadão  
6h - Cidadania 2  
7h - Especiais  
7h30 - Entrevista 2  
8h - Especiais  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Especiais/Comissões  
9h30 - Fala Cidadão  
10h - Especiais/Comissões  
12h - Idéias  
12h30 - Entrevista 3  
13h - Cidadania 3  
13h45 - Jornal do Senado  
14h - Plenário (ao vivo)  
18h30 - Jornal do Senado  
19h - Conversa de Músico  
19h30 - Cidadania 4  
20h30 - Entrevista 4  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Plenário (reapresentação)

### TERÇA-FEIRA

1h - Cidadania 4  
2h - Especiais  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Cores do Brasil  
3h30 - Entrevista 4  
4h - Jornal do Senado  
4h30 - Especiais  
5h - Cores do Brasil  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania 1  
7h - Especiais  
7h30 - Entrevista 1  
8h - Especiais  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Especiais/Comissões  
9h30 - Fala Cidadão  
10h - Comissões (ao vivo)  
13h - Cidadania 2  
13h45 - Jornal do Senado  
14h - Plenário (ao vivo)  
18h30 - Jornal do Senado  
19h - Cores do Brasil/Comissões  
19h30 - Cidadania 3/Comissões  
20h30 - Entrevista 3  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Plenário (reapresentação)

### QUARTA-FEIRA

1h - Cidadania 3  
2h - Especiais  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Cores do Brasil

3h30 - Entrevista 3  
4h - Jornal do Senado  
4h30 - Especiais  
5h - Cores do Brasil  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania 4  
7h - Especiais  
7h30 - Entrevista 4  
8h - Especiais  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Especiais/Comissões  
9h30 - Fala Cidadão  
10h - Comissões (ao vivo)  
13h - Cidadania 1  
13h45 - Jornal do Senado  
14h - Plenário (ao vivo)  
18h30 - Jornal do Senado  
19h - Cores do Brasil/Comissões  
19h30 - Cidadania 2/Comissões  
20h30 - Entrevista 2  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Plenário (reapresentação)

### QUINTA-FEIRA

1h - Cidadania 2  
2h - Especiais  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Cores do Brasil  
3h30 - Entrevista 2  
4h - Jornal do Senado  
4h30 - Especiais  
5h - Cores do Brasil  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania 3  
7h - Especiais  
7h30 - Entrevista 3  
8h - Especiais  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Especiais/Comissões  
9h30 - Fala Cidadão  
10h - Plenário (ao vivo)  
13h - Cidadania 4  
13h45 - Jornal do Senado  
14h - Plenário (ao vivo)  
18h30 - Jornal do Senado  
19h - Cores do Brasil/Comissões  
19h30 - Cidadania 1/Comissões  
20h30 - Entrevista 1  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Plenário (reapresentação)

### SEXTA-FEIRA

1h - Cidadania 1  
2h - Especiais  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Cores do Brasil  
3h30 - Entrevista 1  
4h - Jornal do Senado  
4h30 - Especiais  
5h - Cores do Brasil  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania 2  
7h - Especiais

7h30 - Entrevista 2  
8h - Especiais  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Plenário (ao vivo)  
13h - Cidadania 3  
14h15 - Jornal do Senado  
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)  
19h30 - Cidadania 4  
20h30 - Entrevista 4  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Conversa de Músico  
22h - Debate Brasil/Espaço Cultural  
23h30 - Idéias  
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

### SÁBADO

1h - Cidadania  
2h - Idéias  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Especiais  
3h30 - Entrevista  
4h - Fala Cidadão  
4h30 - De Coração  
5h - Especiais  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania  
7h - Idéias  
7h30 - Entrevista  
8h - De Coração  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Especiais  
9h30 - Leituras  
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
11h - Idéias  
11h30 - Especiais  
12h - Jornal do Senado  
12h30 - Entrevista  
13h - Fala Cidadão  
13h30 - Cidadania  
14h30 - Conversa de Músico  
15h - Espaço Cultural  
16h - Debate Brasil/Especiais  
17h - Entrevista  
17h30 - Idéias  
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
19h - Cidadania  
20h - Leituras  
20h30 - Fala Cidadão  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Espaço Cultural  
23h - Idéias  
23h30 - De Coração  
24h - Espaço Cultural/Entrevista

### DOMINGO

1h - Cidadania  
2h - Fala Cidadão  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Especiais  
3h30 - Entrevista  
4h - Idéias

## Como sintonizar

### TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

### TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

### ANTENA PARABÓLICA

#### Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

#### Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

### UHF

Canal 51, no Distrito Federal

4h30 - De Coração  
5h - Especiais  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania  
7h - Fala Cidadão  
7h30 - Entrevista  
8h - Jornal do Senado  
8h30 - De Coração  
9h - Especiais  
9h30 - Idéias  
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
11h - Fala Cidadão  
11h30 - Especiais  
12h - Jornal do Senado  
12h30 - Entrevista  
13h - Idéias  
13h30 - Cidadania  
14h30 - Espaço Cultural  
16h - Debate Brasil/Especiais  
17h - Fala Cidadão  
17h30 - Entrevista  
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
19h - Cidadania  
20h - Conversa de Músico  
20h30 - Leituras  
21h - Idéias  
21h30 - Espaço Cultural  
23h - Fala Cidadão  
23h30 - De Coração  
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

## Rádio Senado

### TODOS OS DIAS

6h - Matinas  
7h55 - Cidadania Dia-a-dia  
21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

### DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

7h - Crônicas Musicais  
7h10 - Música e Informação  
8h - Senado Notícias  
8h30 - Plenário em Destaque  
19h - Voz do Brasil  
19h30 - Jornal do Senado  
20h - Música e Informação  
21h - Crônicas Musicais (reprise)  
21h10 - Música e Informação  
22h - Senado Notícias  
24h - Música e Informação

### DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Plenário (ao vivo)

### DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

9h - Senado Repórter  
10h - Comissões (ao vivo)  
13h40 - Senado Notícias

### SÁBADO E DOMINGO

7h - Música e Informação  
9h30 - Música e Informação  
21h - 180 anos do Senado  
22h - Música e Informação

### SEGUNDA-FEIRA

9h - Senado Resumo  
10h - Senado Notícias (reprise)  
11h - Senado Resumo (reprise)  
12h - Conexão Senado  
13h40 - Senado Notícias  
23h - Brasil Regional (reprise)

### TERÇA-FEIRA

23h - Jazz & Tal (reprise)

### QUARTA-FEIRA

23h - Música do Brasil (reprise)

### QUINTA-FEIRA

23h - Escala Brasileira (reprise)

### SEXTA-FEIRA

9h - Plenário (ao vivo)  
12h - Música e Informação  
13h40 - Senado Notícias  
14h - Música e Informação  
18h - Senado Resumo  
20h - Reportagem Especial  
23h - Improviso Jazz (reprise)

### SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira  
9h - Prosa e Verso  
10h - Especial (reprise)  
11h - Música Erudita  
12h - Senado Resumo (reprise)  
13h40 - Música e Informação  
15h - Autores e Livros  
16h - Música do Brasil  
17h - Música e Informação  
18h - Improviso Jazz  
19h - Senado Resumo (reprise)  
20h - Escala Brasileira

### DOMINGO

8h - Brasil Regional  
9h - Autores e Livros (reprise)  
11h - Música do Brasil  
15h - Música Erudita (reprise)  
16h - Prosa e Verso  
17h - Reportagem Especial (reprise)  
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)  
20h - Jazz & Tal

## Como sintonizar

### FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

### ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

### INTERNET

No endereço [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio), por meio do Real Player ou Windows Media Player

### ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

## SENADO

## Começa a segunda etapa do Programa Interlegis

O Interlegis, programa desenvolvido pelo Senado em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com o objetivo de modernizar o funcionamento das assembleias estaduais e das câmaras de vereadores, começa a entrar em sua segunda etapa, conhecida como Interlegis 2. Cem cidades brasileiras farão parte desse novo estágio. Conforme explica o diretor-técnico do Interlegis, José Dantas Filho, nessa segunda etapa serão testados os produtos desenvolvidos pelo Interlegis para facilitar os trabalhos das casas legislativas. Será avaliada a funcionalidade das capacitações e *softwares* em câmaras de vereadores com realidades diferentes – desde pequenas cidades até capitais. Esses *softwares* permitem o acompanhamento da tramitação de projetos de lei, o gerenciamento de gabinetes parlamentares, entre outras atividades. O objetivo é aperfeiçoar os produtos para que possam ser disponibilizados, numa outra etapa, às 700 principais cidades brasileiras. Na primeira etapa, buscou-se interligar as assembleias ao Congresso. Dos 5.564 municípios brasileiros, 4.258 já aderiram ao programa.



James Gama, diretor da TV Senado, é ouvido por Rodrigo Lucena, Agaciel Maia, Raimundo Carreiro, Sueli Navarro e Helival Rios

## TV Senado lança piloto para rede de televisão do Legislativo

A TV Senado lançou na sexta-feira o *Parlamento Brasil* – programa de 28 minutos, produzido em parceria com TVs legislativas de vários estados, que será o projeto-piloto para a formação de uma rede de televisão do Legislativo nas esferas federal, estadual e municipal. O programa foi destacado pelo diretor da TV Senado, James Gama, na abertura do 3º Encontro da Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (Astral), realizado no auditório do Interlegis, na quinta-feira.

Com o formato de revista de TV, o programa, quinzenal, terá notícias e reportagens sobre as atividades do Senado, das assembleias legislativas e das câmaras municipais. A cultura e a paisagem local e regional também serão temas de reportagens. Uma matéria de turismo em João Pessoa, feita pela TV da Assembleia Legislativa da Paraíba, será mostrada na primeira edição.

Para transmitir o programa quinzenal, a TV Senado contará com computadores e *links* de acesso à internet em banda lar-

ga instalados nas assembleias legislativas pelo Programa Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo. A TV Senado também colocará à disposição das TVs legislativas de todos os estados os produtos de sua programação, com qualidade de resolução padrão para transmissão em televisão.

O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, e o secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro, também participaram do encontro. Carreiro defendeu a participação do Congresso

nas decisões sobre a TV digital no Brasil. Ao abrir o encontro, Agaciel sugeriu que a Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas busque financiamento junto ao Banco Mundial (Bird) para o projeto, a exemplo do Programa Virtual do Poder Legislativo – o Interlegis.

Durante o encontro, o presidente da Astral, Rodrigo Lucena, defendeu a multiprogramação (transmissão de programas diferentes em diversos canais da mesma emissora) na implantação da TV digital no Brasil.

## Aconteceu no Senado

### Recurso do café financia seleção bicampeã em 62

“A Associação dos Lavradores do Norte do Paraná protesta, revoltada, contra o desvio de numerário destinado à cafeicultura para preparação do selecionado brasileiro de futebol, enquanto o café é atacado pela broca, causando a ruína dos lavradores.” Esse protesto foi lido no Plenário do Senado pelo então senador Nelson Maculan (PTB-PR), em fevereiro de 1962, poucos meses antes de a Seleção Brasileira conseguir no Chile o bicampeonato da Copa do Mundo.

O senador apoiou o manifesto, informando que na *Voz do Brasil* havia sido confirmada a autorização para que o Instituto Brasileiro do Café fornecesse à então Confederação Brasileira de Desportos a soma de 45 milhões de cruzeiros dos fundos de recursos do café. “Como brasileiros, vibramos com a vitória de nosso selecio-

nado de futebol; entretanto, não podemos silenciar ante tal medida, de repercussão danosa para a economia cafeeira”, disse Maculan.

Com polêmica ou não, a seleção levantou a taça em 17 de junho, após derrotar a Tchecoslováquia por 3 a 1. Mais uma vez brilharam Garrincha, Vavá, Didi, Nilton Santos e Djalma Santos, entre outros.

A conquista gerou uma série de manifestações de louvor dos senadores. “Regozijo pela brilhante vitória que os brasileiros souberam conquistar nos gramados do Chile, levantando mais uma vez, bem alto, o nome da nossa pátria”, afirmou o então

senador Lopes da Costa (UDN-MT).

– Hoje, não sei se graças ao futebol, todos conhecem o Brasil, e nos distinguem dentro do relevo sul-americano como o grande país

que, modéstia à parte, somos – comemorou o então senador Paulo Fender (MTR-PA). (Colaboraram Cedoc Multimídia e Arquivo do Senado)



Gol de Vavá (no centro, de braço erguido) contra a Inglaterra é comemorado por Garrincha (D): seleção bicampeã recebeu verba que conteria broca do café, segundo o senador Nelson Maculan

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros  
1º Vice-Presidente: Tião Viana  
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros  
1º Secretário: Efraim Morais  
2º Secretário: João Alberto Souza  
3º Secretário: Paulo Octávio  
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos  
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papatão Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

## JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg  
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior  
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Sueli Bastos.

Reportagem: Alexandre Guimarães, Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula

Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.  
Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima  
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332  
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado  
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Sílvia Gomide e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151  
www.senado.gov.br

E-mail: jornal@senado.gov.br  
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137  
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Exposição organizada pela Polícia Federal mostra os vários tipos de drogas apreendidas: para 60% dos brasileiros, maconha é a droga mais fácil de ser encontrada

# Drogas: prevenir é melhor que remediar

A prevenção ao uso de drogas é solução sempre melhor e mais barata do que o tratamento, uma vez que é muito mais custoso deixar de ser dependente do que não se tornar um usuário. E a melhor forma de não se tornar dependente de drogas é não experimentá-las.

As pessoas procuram as drogas principalmente por curiosidade,

sofrimento ou busca de prazer, e em geral as usam para esquecer problemas, superar inseguranças ou preencher vazios. A decisão de consumir drogas é individual e dificilmente a interferência isolada de outra pessoa pode mudá-la. A melhor prevenção é a cooperação de pais, professores e de todos os cidadãos para a redução dos fatores que expõem

à droga (de risco) e para o aumento da qualidade dos fatores de proteção, começando pela presença forte e amorosa da família, em especial na vida de crianças e adolescentes.

Saiba mais sobre o perigo do consumo de drogas nesta edição, a primeira de uma série de três que o *Especial Cidadania* dedica ao assunto.

## Cerca de 20% dos brasileiros já usaram

A última pesquisa sobre o uso de drogas no Brasil, realizada em 2001 pelo Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (Obid), constatou que 11,2% da população são dependentes de álcool, 9% de cigarro, 1,1% de remédios para tirar a ansiedade (benzodiazepínicos) e 1% de maconha.

Cerca de 9,1 milhões de pessoas já usaram drogas ilícitas pelo menos uma vez na vida.

A maconha vem em primeiro lugar, com 6,9%, seguida pelos solventes (5,8%), remédios para aumentar o apetite (4,3%) e benzodiazepínicos, com 3,3%.

Segundo a pesquisa, de cada seis homens que usaram álcool pelo menos uma vez, um deles tornou-se dependente. Entre as mulheres, de cada 12 que experimentaram, uma adquiriu dependência.

## O que são os psicotrópicos e como atuam no organismo

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), droga é qualquer substância que, não sendo produzida pelo organismo humano, altera seu funcionamento, restaurando ou prejudicando a saúde.

A questão principal em relação às drogas não é se elas são boas ou más em si, mas sim que relação o indivíduo estabelece com elas, especialmente no que se refere às drogas psicotrópicas ou psicoativas, capazes de afetar os processos mentais (pensamento, memória e percepção).

As drogas podem ser injetadas na pele, inaladas, ingeridas, injetadas na veia ou aplicadas no reto (supositório) – estas duas últimas são formas de absorção de efeito mais rápido – e circulam pelo corpo ganhando maior

velocidade e alcance a partir do momento em que entram na corrente sanguínea.

O sangue leva as drogas dos tecidos para o coração por intermédio das veias, de onde ele parte para os pulmões para adquirir oxigênio e liberar dióxido de carbono. Dos pulmões, o sangue volta ao coração pelas artérias, carregando a droga, que passa a alcançar todos os tecidos e órgãos do corpo.

### Pessoas que consumiram drogas ao menos uma vez

Norte - 15,9%

Nordeste - 29%

Centro-Oeste - 18,9%

Sudeste - 16,9%

Sul - 17,1%

## Efeitos das substâncias no sistema nervoso

As drogas podem ser depressoras, estimulantes ou perturbadoras da atividade do sistema nervoso central, cujo órgão principal é o cérebro.

**Depressoras** - diminuem a atividade do cérebro, deixando o indivíduo "desligado". Reduzem a tensão emocional, a atenção, a concentração, a memória e a capacidade intelectual. Podem produzir sonolência, embriaguez e até coma. São depressores o álcool, os barbitúricos (soníferos), os ansiolíticos (tranquilizantes),

os sedativos (calmantes), o ópio e a morfina, os xaropes e gotas para tosse, e os inalantes ou solventes (colas, tintas, removedores).

**Estimulantes** - aumentam a atividade do cérebro, fazendo com que a pessoa fique "ligada", "elétrica". As principais são as anfetaminas, a nicotina (presente no cigarro) e a cocaína, que geralmente inibem as sensações de fome, cansaço e sono, podendo produzir estados de excitação e aumento da ansiedade.

**Perturbadoras** - também chamadas de alucinógenas, modificam a qualidade da atividade do cérebro, que passa a funcionar de forma anormal. Alteram a percepção e o pensamento e produzem alucinações e delírios. As principais são a maconha, o ecstasy e o LSD 25.

Existem ainda os esteróides anabolizantes, usados para aumentar a força muscular, que podem causar hipertensão, tumores no fígado, impotência, calvície, ataque cardíaco.

## Atenção e cuidados podem prevenir o uso indevido

Fatores individuais, familiares e educacionais podem reduzir ou aumentar a tendência a que as pessoas queiram usar drogas de forma indevida ou

abusiva. Conheça as situações e características que merecem atenção especial na prevenção ao uso e à dependência de psicoterápicos:

	Proteção	Risco
Fatores individuais	Habilidades sociais	Insegurança
	Cooperação	Insatisfação com a vida
	Capacidade de resolver problemas	Sintomas depressivos
	Vínculos positivos com pessoas, instituições e valores	Curiosidade
	Auto-estima desenvolvida	Busca de prazer
Fatores familiares	Regras de conduta claras	Insegurança
	Respeito aos ritos familiares	Pais com doenças mentais
	Pais que acompanham as atividades dos filhos	Pais excessivamente autoritários ou exigentes
	Hierarquia familiar	Pais que abusam de drogas
Fatores educacionais	Bom desempenho escolar	Baixo desempenho escolar
	Boa adaptação à escola	Exclusão social
	Ligações fortes com a escola	Falta de regras claras
	Vínculos afetivos com professores e colegas	Falta de vínculos com pessoas ou com a aprendizagem
	Descoberta e construção de um projeto de vida	Baixa expectativa em relação ao desempenho do estudante

Fontes: Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (Obid) e *Prevenção do Uso Indevido de Drogas: Fatores de Risco e Fatores de Proteção*, de Helena M. B. Albertani, Sandra Scivoletto e Maria de Lurdes S. Zemel.

## Saiba mais...

### Instituições

**Organização das Nações Unidas Escritório contra Drogas e Crime**  
[www.unodc.org/brazil](http://www.unodc.org/brazil)

**Secretaria Nacional Antidrogas (Senad)**

0800-510-0015  
Palácio do Planalto – Anexo II, Ala B, sala 267 – Brasília (DF)  
CEP 70150-901  
[www.senad.gov.br](http://www.senad.gov.br)

**Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (Obid)**  
[www.presidencia.gov.br/gsi](http://www.presidencia.gov.br/gsi)

**Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebrid)**

(11) 5539-0155  
Rua Botucatu, 862 – 1º andar  
São Paulo (SP) – CEP 04023-062  
[www.cebrid.epm.br](http://www.cebrid.epm.br)

**Associação Parceria contra as Drogas**  
[www.contradrogas.org.br](http://www.contradrogas.org.br)

**Viva Voz – Orientação e Informações sobre o Uso de Drogas** – 0800-510-0015

### Projetos de lei

**PLS 124/05** – Tipifica como crime a venda de anabolizantes. Autor: senador Papaléo Paes (PSDB-AP).

**PLS 10/04** – Veda a produção e comercialização de adesivos de contato que possam produzir dependência. Autor: senador Valmir Amaral (PTB-DF).

**PLS 43/03** – Institui programa nacional de esportes para prevenir a violência e o uso das drogas. Autor: senador Magno Malta (PL-ES).

**PLS 363/03** – Obriga a inserção de mensagens sobre danos decorrentes do uso de drogas na internet. Autor: senador Paulo Octávio (PFL-DF).

Todos os projetos sobre o assunto podem ser consultados nas páginas do Senado ([www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)) e da Câmara ([www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)).

